



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

SENTIDOS DO MEDO NO DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO

Daiane Ramon Fagundes Sakai

SÃO CARLOS
2012



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

SENTIDOS DO MEDO NO DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL
BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

DAIANE RAMON FAGUNDES SAKAI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Piovezani

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S158sm Sakai, Daiane Ramon Fagundes.
Sentidos do medo no discurso político eleitoral brasileiro contemporâneo / Daiane Ramon Fagundes Sakai. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
93 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Análise do discurso. 2. Discurso político. 3. Direita e esquerda (Ciência política). 4. Medo. I. Título.

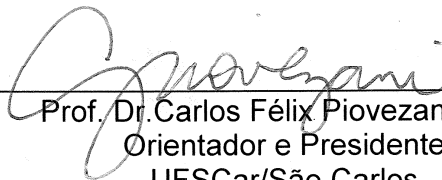
CDD: 401.41 (20ª)



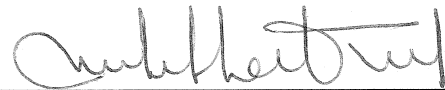
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística




**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
DAIANE RAMON FAGUNDES SAKAI**


Prof. Dr. Carlos Félix Piovezani Filho
Orientador e Presidente
UFSCar/São Carlos


Prof. Dra. Maria Regina Momesso
Membro titular
UNIFRAN/Franca


Prof. Dra. Mariangela de Lello Vicino
Membro titular
UNICEP/São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 10/abril/2012.
Homologada na 49ª reunião da CPGL, realizada em 03/05/2012.


Prof. Dr. Oto Araújo Vale
Coordenador do PPGL

DEDICATÓRIA

Ao meu marido Rodrigo Martins Romeira Sakai.
Por sempre me apoiar.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ivanilde e José por me ensinarem a acreditar em mim, em meus sonhos e por todo ensinamento.

Ao professor Dr. Carlos Piovezani, orientador desta pesquisa, pela ajuda e compreensão e por dividir comigo seus conhecimentos.

À professora Dra. Vanice Sargentini, por me instruir em meu projeto de mestrado e me acolher como aluna especial.

Às professoras Dra. Maria Regina Momesso e Dra. Mariangela de Lello Vicino, pela preciosa contribuição desde a qualificação e por fazerem parte da banca de defesa.

À minha irmã Aline por me ouvir, não me deixar desistir, pela atenção e sempre estar presente em minha vida.

À minha irmã Evellyn por me ajudar, por corrigir meu trabalho e pela amizade.

À minha sobrinha Ana Carolina, que me alegrou nos momentos difíceis, pelo seu carinho e doçura.

Às minhas amigas que encontrei na UFSCar, Livia de Lima Reis, Denise Ribeiro, Licia Frezza, Lílian Carvalho, por estarem presente nesses dois anos, pelas risadas e pela amizade sincera.

Ao Rodrigo que com sua sabedoria me guiava para sempre tomar a melhor decisão e por dividir comigo sua vida.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os sentidos da palavra “medo” no discurso político eleitoral brasileiro contemporâneo. Mais precisamente, com base nos princípios da Análise do Discurso derivada de Pêcheux e seu Grupo, pretende-se interpretar aqui enunciados que foram produzidos pelos principais candidatos à Presidência da República nos Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral (HGPE) das campanhas dos anos de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006. Os objetivos específicos referem-se à descrição e à interpretação discursiva do funcionamento da palavra “medo”, e serão orientadas pela hipótese de que os sentidos dessa palavra serão construídos à medida que ela seja inserida numa ou noutra formação discursiva e empregada numa ou noutra condição de produção. O *corpus* da pesquisa constitui-se a partir de uma triagem inicial empreendida sobre todos os HGPEs das referidas campanhas presidenciais, através da seleção exclusiva dos enunciados em que o lexema “medo” é empregado de modo explícito. Com vistas a atingir tais objetivos, o primeiro capítulo apresenta algumas reflexões sobre as diversas facetas do medo na história, abordando aspectos biológicos, culturais, históricos e políticos. Em seguida, o segundo capítulo enumera alguns aspectos do que poderia ser uma breve história do medo da esquerda e da direita no Brasil. Finalmente, o último capítulo apresenta algumas sintéticas considerações sobre a Análise do Discurso, para que, a partir delas, os enunciados em que constam a palavra “medo” possam ser analisados numa perspectiva discursiva. Independentemente da ideologia do candidato, ou seja, direita ou esquerda, conclui-se que o uso da palavra “medo” está presente em ambos os discursos, porém o sentido da palavra “medo” muda de sentido dependendo da formação discursiva, com o intuito de caluniar o adversário.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Discurso Político. Esquerda. Direita. Medo.

ABSTRACT

This work aims to analyze the meanings of the word "fear" in the Brazilian electoral political discourse. More precisely, based on the principles of Discourse Analysis derived from Pêcheux and his group, the aim here is to interpret statements that were generated by the major candidates for president in the Free Television Time for Election (HGPE) campaign of the years 1989, 1994, 1998, 2002 and 2006. The specific objectives refer to the discursive description and interpretation of the acting of the word "fear", and will be guided by the hypothesis that the meaning of that word will be built as it is inserted in one or another discursive formation and employed in one or another condition of production. The corpus of research is constituted based on an initial triage undertaken on all HGPEs of these presidential campaigns, through exclusive selection of statements in which the lexeme "fear" is used explicitly. In order to achieve these goals, the first chapter presents some reflections on the various facets of fear in history, focusing on biological, cultural, historical and political aspects. Then the second chapter lists some aspects of what could be a brief history of fear of the left and right in Brazil. Finally, the last chapter presents some synthetic considerations Discourse Analysis, in order to, from them, the statements contained in the word fear can be analyzed in a discursive perspective. Regardless of the ideology of the candidate, that is, right or left, it is concluded that the use of the word "fear" is present in both discourses in order of slandering the opponent, and hence manipulate the voter.

Keywords: Discourse Analysis. Political discourse. Left. Right. Fear.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. ALGUMAS FACETAS DO MEDO	10
1.1. ASPECTOS BIOLÓGICOS DO MEDO	10
1.2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO MEDO	12
1.3. O MEDO NA POLÍTICA.....	19
1.4. O MEDO DA ESQUERDA E DA DIREITA	23
2.1. HISTÓRIA E MEDO DO PT E DA DIREITA.....	31
2.2. MEDO DA ESQUERDA E DA DIREITA NO BRASIL	34
3. HISTÓRIA E ANÁLISE DOS ENUNCIADOS	44
3.1. BREVES NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	44
3.2. OS SENTIDOS DO MEDO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (de 1989 a 2006)	58
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
ANEXOS	78

INTRODUÇÃO

O discurso tem como função controlar a constituição, a formulação e também a circulação do dizer. Dessa maneira, podemos afirmar que o controle do dizer ocorre por meio do discurso, visto que ele condiciona a produção ao mesmo tempo histórica e linguística do que se diz, dos modos do dizer, dos meios materiais de sua circulação e dos lugares de sua recepção. Se Foucault e Pêcheux, cada um a seu modo, nos ensinaram que o discurso controla o dizer, esse último filósofo francês também nos ensinou que o discurso é a instância responsável pela produção dos sentidos. Por essa razão, Pêcheux reiteradamente sustentou que “as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva para outra” ([1971] 2011, p. 73).

Ao falarmos de discurso poderíamos pensar tal, como a Análise do Discurso nos permite, que são diversos os campos discursivos na sociedade, tais como o campo discursivo religioso, o campo discursivo científico, o campo discursivo artístico, o campo discursivo político, é justamente desse último que vamos tratar nesse trabalho. O campo discursivo político poderia ser pensado sobre várias perspectivas, uma delas poderia ser a retórica, por exemplo. Na retórica o enunciador faz uso do discurso político para persuadir o outro. Para isso, utiliza-se da argumentação, que envolve o raciocínio, e da eloquência da oratória, procura-se seduzir, recorrendo a afetos e sentimentos diversos, quanto maior o público maior a execução dos gestos. O enunciador apresenta-se como única opção legítima, justa, viável e promissora, em detrimento de seus concorrentes, que representam a insegurança de um futuro incerto ou de um amanhã conhecido, mas igualmente indesejado. Já na Análise do discurso o que interessa particularmente são as descrições e os efeitos de sentido do discurso político.

Desses vários efeitos de sentido que a Análise do Discurso sempre buscou identificar no discurso político, vamos nos ocupar especificamente da descrição e da interpretação dos efeitos de medo, uma vez que pressupomos que o medo frequenta o discurso político contemporâneo brasileiro.

A tática do medo parece estar quase sempre presente de modo explícito nas campanhas eleitorais brasileiras para a Presidência da República. Sua utilização é uma forma privilegiada de o candidato aproximar-se do eleitor, suscitando-lhe esperança, e afastá-lo de seu adversário, impingindo o medo no eleitorado. Trata-se de uma forma de desestabilizar e ao mesmo tempo sensibilizar o eleitor. Por isso, o medo aparece como forma de controle. De todos os sentimentos, o medo é o que menos transforma, já que faz com que as pessoas sejam

mais cautelosas, que se escondam atrás desse medo e que não se arrisquem a mudar, mas sim escondê-lo. Porém o medo é um sentimento inconsciente, na medida em que o eleitor não vota consciente é ludibriado pelo discurso político eleitoral e não tem consciência do que faz.

Todos esses aspectos mencionados acima serão tratados a luz da Análise do Discurso. Já a Formação Discursiva que Pêcheux emprestou de Foucault deriva de um paradigma marxista: a classe dominante e a classe dominada. A ideologia se materializa no discurso, e cada formação ideológica tem uma formação discursiva. O sujeito do discurso se assujeita à história e à língua, já que o Discurso controla o que se diz e como se diz, a formulação, o conteúdo e a substância fônica (a voz). A formação discursiva também determina o que pode e deve ser dito, através da classe que o sujeito pertence. Portanto, esse sujeito está limitado a dizer o que lhe é permitido. Logo, podemos concluir que somente reproduzimos o que a formação discursiva a qual pertencemos permite.

Uma vez que o objetivo geral deste estudo consiste em analisar efeitos de sentido relacionados ao medo no contexto eleitoral brasileiro contemporâneo, constituímos o *corpus* da pesquisa a partir de uma triagem inicial empreendida sobre todos os Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral (HGPEs) das referidas campanhas presidenciais, por meio do qual selecionamos exclusivamente os enunciados nos quais o lexema “medo” é empregado de modo explícito. Dentre ainda o grande número de ocorrências da palavra “medo” nos diversos enunciados de vários gêneros dos Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral (HGPEs), tais como depoimentos, entrevistas e *jingles*, optamos por restringir nossas análises apenas aos enunciados proferidos pelos próprios candidatos em seus pronunciamentos. Porém todo o material pesquisado encontra-se no anexo.

A coleta de dados ocorreu da seguinte maneira: num primeiro momento selecionamos os dois principais candidatos à eleição presidencial de cada ano a ser analisado. No segundo momento solicitei os Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), para que em um terceiro momento fosse feito a captação dos dados, no qual ocorria a palavra “medo” e dessa forma transcrever o fragmento, para finalmente a análise pudesse ser realizada.

É também um trabalho que pode contribuir para a melhoria da prática da leitura e interpretação dos discursos políticos e, dessa maneira, dotar o eleitor de uma visão mais crítica e consciente do que irá fazer com seu voto.

No primeiro capítulo trataremos de “Algumas facetas do medo”, inicialmente discorreremos sobre a dimensão fisiológica do medo, quais são as reações químicas e orgânicas que ocorrem no organismo diante de um estado de alerta. Em seguida abordaremos

“Alguns aspectos culturais e históricos do medo”, como esse sentimento atua na sociedade e afeta culturalmente e historicamente a vida das pessoas. Para depois mostrarmos nos próximos subitens “O medo na política”, “O medo da esquerda” e “O medo da direita”, como o homem utiliza desse mesmo sentimento que lhe aflige para manipular e persuadir o eleitor na política. No segundo capítulo faremos uma Breve história do medo da esquerda e da direita no Brasil, com o intuito de relatar como o medo estava presente na história do país.

No terceiro capítulo discorreremos algumas “Breves notas sobre a história da Análise do Discurso”, com uma pequena exposição sobre a história da AD e das teorias que utilizo para realizar as análises. Para realizar as análises, iremos nos apropriar, sobretudo, do princípio segundo o qual as palavras não têm sentido em si mesmas, mas produzem seus sentidos a partir da sua inserção em algumas formações discursivas ou em outras. Esse princípio parece se coadunar com a distinção que Bakhtin faz entre significação e tema, visto que enquanto a significação é o sentido estabilizado de uma palavra, o tema é justamente o seu uso em dado contexto. O que para a Análise do Discurso seria o seu uso dentro de condições de produção no interior das formações discursivas. Também iremos nos basear nos conceitos de Interdiscurso, de Paráfrase e Polissemia, de Memória Discursiva, Condições de Produção, Acontecimento, Formação Ideológica e Formação Imaginária.

Finalmente, com base nos princípios da Análise do Discurso, analisamos alguns enunciados extraídos de sequências dos Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral (HGPE) das campanhas presidenciais brasileira, dos anos de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006. Como os políticos que se apresentam como situação se beneficiam do “*medo*” para atribuir riscos e dúvidas ao candidato que está no momento como oposição. O medo do discurso do outro, por não saber o que o outro irá prometer e se ele irá cumprir o que prometeu no discurso da promessa, o medo é um elemento constante no eu e no outro.

Para realizarmos as análises, procederemos do seguinte modo: primeiramente mencionaremos alguns aspectos do contexto histórico de cada uma das eleições; na sequência, listaremos os enunciados nos quais o lexema “medo” apresenta-se de modo explícito nos pronunciamentos de cada um dos candidatos; em seguida, montaremos a cadeia parafrástica do discurso no interior da qual a palavra “medo” e os enunciados em que ela aparece produzem seus sentidos; e, por último, realizaremos a interpretação discursiva propriamente dita de seus efeitos de sentido.

1. ALGUMAS FACETAS DO MEDO

“O que o teme sofre, sofre já de seu medo”.

Michel de Montaigne

1.1. ASPECTOS BIOLÓGICOS DO MEDO¹

O medo é um estado emocional de alerta diante de um perigo e esse sentimento pode se manifestar no corpo somatizando várias doenças. Delumeau (2009) diz que o medo individual é uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, causada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça. O autor descreve assim o processo fisiológico que se desencadeia ante o sentimento do medo: “Colocado em estado de alerta, o hipotálamo reage mediante mobilização global do organismo, que desencadeia diversos tipos de comportamentos somáticos e provoca modificações endócrinas” (DELUMEAU, 2009, p. 30).

O sangue corre para os músculos do esqueleto como os das pernas, facilitando a fuga; o rosto fica lívido, já que o sangue lhe é subtraído. Simultaneamente, o corpo paralisa e circuitos existentes nos centros emocionais do cérebro disparam uma grande quantidade de hormônios que deixa o corpo em alerta, tornando-o inquieto e pronto para agir.

O medo é uma reação em cadeia no cérebro que se inicia com um estímulo de estresse e acaba com a liberação de compostos químicos que propiciam aumento da frequência cardíaca, aceleração na respiração e músculos enrijecidos.

Como toda emoção, o medo pode provocar efeitos contrastados segundo os indivíduos e as circunstâncias, ou até reações alternadas em uma mesma pessoa: aceleração dos movimentos do coração ou sua diminuição; respiração demasiadamente rápida ou lenta;

¹ As informações que trataremos aqui sobre as dimensões químicas, orgânicas e biológicas do medo foram extraídas das seguintes fontes: NOVAES, Adauto. Ensaio sobre o medo. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc SP, 2007. DELUMEAU, Jean, 1923 - História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada/ Jean Delumeau; tradução Maria Lucia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

contração ou dilatação dos vasos sanguíneos; hiper ou hipossecreção das glândulas; comportamento de imobilização ou exteriorização violenta. Nos casos-limite, a inibição pode chegar a uma pseudoparalisia diante do perigo (estados catalépticos), e a exteriorização resultará numa tempestade de movimentos desatinados e inaptos, característicos do pânico.

Em contrapartida, manifestação externa e experiência interior, a emoção de medo libera, portanto, uma energia desusada e a difunde por todo o organismo. Essa descarga é em si uma reação utilitária de legítima defesa, mas que o indivíduo, sobretudo sob o efeito das agressões repetidas de nossa época, nem sempre emprega com discernimento.

A vazão repentina de adrenalina, noradrenalina e vários outros hormônios causam mudanças no corpo: aumento da pressão arterial e frequência cardíaca; as pupilas dilatam para receber a maior quantidade possível de luz; as artérias da pele se contraem para enviar uma quantidade de sangue mais significativa aos grupos musculares maiores (reação responsável pelo "calafrio" muitas vezes associado com o medo - há menos sangue na pele para mantê-lo aquecido); o nível de glicose sanguínea diminui; os músculos enrijecem, energizados por adrenalina e glicose (reação responsável pelos arrepios - quando pequenos músculos conectados a cada pêlo da superfície da pele tensionam, os fios são forçados para cima, puxando a pele com eles); a musculatura lisa relaxa para permitir que entre uma maior quantidade de oxigênio nos pulmões; sistemas não essenciais (como o digestivo e o imunológico) são desligados para guardar a energia para as funções de emergência; há dificuldade para se concentrar em tarefas pequenas (o cérebro deve se concentrar em somente uma coisa para determinar de onde vem a ameaça). Essas reações físicas transmitidas pelo nosso corpo têm como objetivo nos ajudar a sobreviver a uma situação perigosa.

Após a exposição de todas as características da dimensão fisiológica e biológica do medo, não poderíamos, contudo nos satisfazermos com elas, uma vez que o medo pode variar de acordo com as épocas, com a cultura de um povo, com a história e de acordo com os diferentes lugares em que ele ocorre. Por essa razão no próximo item falaremos sobre os "Aspectos históricos do medo".

1.2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO MEDO

*“A esperança é um alimento de nossa alma,
ao qual sempre se mistura o veneno do medo”.*

Voltaire

Segundo Novaes (2007) o medo é o princípio natural das sociedades, utilizado pelo poder em busca da obediência civil. É um sentimento natural do homem.

Parte da vida social e política, o medo é um princípio regulador do próprio equilíbrio humano e um dos fundamentos da humanidade, de sua constituição e preservação, já que é o alerta de um perigo. No decorrer da história, tornou-se instrumento de poder, a fim de garantir, entre outras coisas a obediência civil, a submissão do inimigo ou, na forma de terror (...). (NOVAES, 2007, p. 8).

A arte política consiste, pois, em saber lidar com o medo: se a política consegue nos afastar de alguns males imaginários e combater as superstições que geram servidão, já é um bom caminho, não para exorcizar o medo por inteiro como desejava o iluminismo, porque isso não é possível, mas para torná-lo menos penoso.

Segundo Novaes (2007) quando uma sociedade é governada pelo medo, sem a mediação da política ela deixa de ser sociedade para se tornar solidão e barbárie, onde os cidadãos são bons e honestos na medida em que sentem medo e se tornam tristes.

Toda vez que o medo foi usado como instrumento político, o primeiro e o mais terrível efeito foi o de diminuir a capacidade de autonomia do sujeito, de reduzir os homens à desnaturação, se o homem é um ser para a liberdade, quando dominado politicamente pelo medo ele perde sua natureza humana, muda de natureza, caindo no estado de decadência e alienação. “Medo e obediência, que sempre andam juntos em nome do interesse constroem a tirania. Medo e obediência dão tudo ao tirano, não só a vida como a própria morte”. (NOVAES, 2007, p. 15).

Porém o medo é um sentimento bom e necessário, pois alerta as pessoas dos perigos. No entanto, é um sentimento que pode na maioria das vezes gerar problemas, que acaba impedindo as pessoas de arriscarem e serem audaciosas.

Conforme Chauí (1987) “a esperança é uma alegria instável nascida da ideia de uma coisa futura ou passada de cujo desenlace duvidamos em certa medida; o medo é uma tristeza instável nascida da ideia de uma coisa futura ou passada de cujo desenlace duvidamos em certa medida”; a segurança é a alegria nascida de uma coisa passada ou futura sobre a qual

já não existe dúvida. Mais do que em qualquer outro afeto, no medo ficamos expostos à imagem de nossa impotência.

Não é, pois, qualquer esperança que vence o medo. No caso da política (como no da superstição), o medo parece centrado sobre os efeitos da força tirânica do detentor do poder, sem chegar a perceber as causas que produziram. Donde a ilusão, continuamente reiterada, de que basta derrubá-lo para que termine a dominação. (CHAUI, 1987, p. 74).

Na instituição da política, o confronto entre o medo e a esperança é definitivo, pois se a política nasce do medo da morte, ao mesmo tempo nascerá da impossibilidade e da falta de resistência de seus fundadores e exprimirá essa condição para sempre; ao contrário, se nascer da esperança de vida, nascerá da potência e da força de seus fundadores, mostrando sua instituição em suas instituições, como nas leis e nos fundamentos civis.

O medo não surge apenas do que conhecemos e sabemos que pode acontecer ou que danos teremos, mas também do que não sabemos, do que desconhecemos, do incerto. Ele anula desse modo os contratos, impondo-se como obstáculo à instituição das obrigações.

Na cultura do medo, trata-se de fundar um poder sobre o medo e de produzir com isso mais medo, até o limite do pior deles, que é o da morte violenta. Mas o medo com o qual conta a razão não é o de um poder ele mesmo fundado sobre o medo, e sim sobre um contrato e, no limite, na própria razão; seu efeito tampouco é fundamentalmente o medo, mas a obrigação, e o medo apenas na medida em que torna possível o vínculo contratual. (LIMONGI, apud NOVAES, 2007, p.152),

Ocorre um silenciamento do medo na história, seja por uma confusão ou por uma falta de esclarecimento com relação à definição do que é medo e do que é covardia, coragem ou temeridade. Delumeau (2009) afirma que por uma hipocrisia da língua falada e da escrita, tentaram esconder as reações naturais que acompanham a tomada de consciência de um perigo por trás das falsas aparências de atitudes ruidosamente heróicas. A palavra medo está carregada de tanta vergonha, que a escondemos, enterramos no mais profundo de nós o medo que domina as entranhas.

O medo é tão natural do ser humano, que não há homem acima do medo que possa se vangloriar de não conhecer ou sentir esse sentimento. “Pois o medo nasceu com o homem na mais das obscuras eras”. Ele está em nós, nos acompanha por toda a nossa vida. “Todos os homens têm medo. Todos aqueles que não têm medo não são normais, isso nada tem a ver com a coragem” (SARTRE, apud DELUMEAU, 2009, p.20). A necessidade de segurança é, portanto, fundamental; está na base da afetividade e da moral humana. A insegurança é símbolo da vida.

Segundo Delumeau (2009), o animal não tem conhecimento da sua finitude. Já o homem sabe desde muito cedo que morrerá. É, pois, o único a conhecer o medo num grau tão temível e duradouro.

No entanto, o medo é ambíguo e inerente a nossa natureza, é uma defesa necessária, que nos garante contra os perigos, pois sem ele nenhuma espécie teria sobrevivido à morte. Mas, se ultrapassa uma dose suportável, ele se torna patológico, podendo causar bloqueios, efeitos biológicos e prejudiciais à saúde mental das pessoas. Pode-se morrer de medo ou apenas ficar paralisado por ele. “Ter uma sensação dolorosa, uma decomposição da alma, um espasmo horrível do pensamento e do coração de que só a lembrança dá arrepios de angústia”.

[...] O medo ou pavor, que é contrário à audácia, não é apenas uma frieza, mas também uma perturbação e um espanto da alma que lhe tiram o poder de resistir aos males que ela pensa estarem próximos [...] Desse modo, não é uma paixão particular; é apenas um excesso de covardia, de assombro e de temor; o qual é sempre vicioso [...] E porque a principal causa do medo é a surpresa, não há nada melhor para dele isentar-se do que usar de premeditação e preparar-se para todos os acontecimentos cujo temor pode causá-lo. (DELUMEAU, 2009, p.25).

O medo pode levar a comportamentos aberrantes e suicidas, nos quais a apreensão correta da realidade desaparece, como alguns tipos de pânico que estão aterrorizando a sociedade. Não precisa procurar muito para identificar a presença do medo nos comportamentos de grupos. Dos povos ditos “primitivos” às sociedades contemporâneas, encontra-o quase a cada passo nos setores mais diversos da existência cotidiana. Como prova, por exemplo, as máscaras muitas vezes apavorantes que inúmeras civilizações utilizaram no decorrer das eras em suas liturgias. Escreve R. Caillois. (*apud* DELUMEAU, 2009, p.27),

Máscara e medo, máscara e pânico estão constantemente presentes juntos, inextricavelmente emparelhados [...] [o homem] abrigou atrás desse segundo rosto seus êxtases e suas vertigens, e sobretudo o traço que ele tem em comum com tudo o que vive e quer viver, o medo, sendo a máscara ao mesmo tempo tradução do medo, defesa contra o medo e meio de espalhar o medo. (DELUMEAU, 2009, p.27).

L. Kochnitzky, explica que, com relação aos casos africanos, esse medo que a máscara simultaneamente camufla e exprime: “Medo dos gênios, medo das forças da natureza, medo dos mortos, dos animais selvagens à espreita na selva e de sua vingança depois que o caçador os matou; medo de seu semelhante que mata, viola e até devora suas vítimas; e, acima de tudo, medo do desconhecido de tudo que precede e segue a breve existência do homem”. (L. Kochnitzky, *apud* DELUMEAU, 2009, p. 27).

Podemos notar mais claramente que isso está presente, onde tudo é incerto, e onde o interesse está constantemente em jogo, o medo é contínuo. Os movimentos da Bolsa, a instabilidade financeira de que dependem tantos destinos, não conhecem afinal senão uma regra: a alternância das esperanças imoderadas e de medos impensados.

Com relação ao medo coletivo, é provável que as reações de uma multidão tomada de pânico ou que libera subitamente sua agressividade resultem em grande parte da

adição de emoções-choques pessoais tais como a medicina psicossomática nos faz conhecê-las. Os comportamentos de multidão exageram, complicam e transformam os excessos individuais.

Mais geralmente, os caracteres fundamentais da psicologia de uma multidão são sua capacidade de ser influenciável, o caráter absoluto de seus julgamentos, a rapidez dos contágios que atravessam, o enfraquecimento ou a perda do espírito crítico, a diminuição ou o desaparecimento do senso da responsabilidade pessoal, a subestimação da força do adversário, sua capacidade de passar subitamente do horror ao entusiasmo e das aclamações às ameaças de morte. (DELUMEAU, 2009 p.33).

Bauman (2008) ressalta que o medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claro, quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. Medo é o nome que damos a nossa incerteza, nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito, do que pode e do que não pode, para fazê-la parar ou enfrenta-la, se cessa-la estiver além do nosso alcance.

Bauman divide o medo humano em dois: o derivado, que guia seu comportamento, independente de haver ou não uma ameaça imediata. É uma estrutura mental que pode ser mais descrita como o sentimento de ser suscetível ao perigo; uma sensação de insegurança e vulnerabilidade. Já o medo secundário pode ser visto como um rastro de uma experiência passada de enfrentamento da ameaça direta, um resquício que sobrevive ao encontro e se torna um fator importante na modelagem da conduta humana mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida ou à integridade.

Os perigos dos quais se tem medo podem ser de três tipos. Alguns ameaçam o corpo e as propriedades, como a desigualdade social e a incerteza. Outros são de natureza mais geral, ameaçando a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela, da qual depende a segurança do sustento (renda e emprego) ou mesmo da sobrevivência no caso de invalidez ou velhice, o medo de um futuro sem assistência e de sofrimento. Depois vêm os perigos que ameaçam o lugar da pessoa no mundo, a posição na hierarquia social, a identidade (de classe, de gênero, étnica, religiosa) e, de modo mais geral, a imunidade à degradação e à exclusão sociais, no qual o poder e o ter é mais importante.

O que mais amedronta é a ubiquidade dos medos; eles podem vazar de qualquer canto ou fresta de nossos lares e de nosso planeta. Das ruas escuras ou das telas luminosas dos televisores. De nossos quartos e de nossas cozinhas. De nossos locais de trabalho e do metrô que tomamos para ir e voltar. De pessoas que encontramos e de pessoas que não conseguimos perceber. De algo que ingerimos e de algo com o qual nossos corpos entraram em contato. (BAUMAN, 2008, p. 11).

Para Bauman (2008) nossa sociedade líquido-moderna é um dispositivo que tenta tornar a vida com medo uma coisa tolerável. Ou seja, um dispositivo destinado a

reprimir o horror ao perigo, potencialmente conciliatório e incapacitante; a silenciar os medos derivados de perigos que não podem, ou não devem, pela preservação da ordem social, ser efetivamente evitados. “As oportunidades de ter medo estão entre as poucas coisas que não se encontram em falta nesta nossa época, altamente carente em matéria de certeza, segurança e proteção. Os medos são muitos e variados”.(BAUMAN, 2008, p. 31).

Conforme Bauman (2008) os medos mais comuns na vida dos brasileiros são: os medos de desastres naturais que ameaçam devastar nossos lares e empregos, ameaçando destruir nossos corpos com a proliferação de inundações, deslizamentos e secas. O medo da violência, de crimes violentos, agressões sexuais, roubos, sequestros e tráfico. O medo do vício, das drogas e da dependência química. O medo da economia, do desemprego, da inflação e da corrupção. O medo das doenças, do câncer, das contaminações, da dengue, de vírus e da falta de assistência médica. O medo de enfrentar as frustrações do cotidiano, do futuro, do desconhecido, o medo de ter medo e não ter coragem para lidar com seus próprios monstros.

Há também o medo da morte que é o sentimento mais humano e universal de todos os medos. É impossível que exista um homem sequer que não tenha medo da morte, qualquer que seja sua nacionalidade, sua classe social, seu sexo e sua idade. Se tornando um sentimento constante na vida das pessoas.

Existem diversos tipos de pânicos e fobias que fazem com que a pessoa não consiga viver plenamente e impede-as de realizar suas tarefas do cotidiano. “Os pânicos vêm e vão, e embora possam ser assustadores, é seguro presumir que terão o mesmo destino de todos os outros”. (BAUMAN, 2008, p. 14).

A fobia é uma forma de sofrimento psíquico que consiste na irrupção aparentemente incompreensível de sentimentos de pânico diante de um objeto que não oferece perigo nenhum, a não ser por suas conexões com a fantasia inconsciente, Já o pânico é a irrupção da angústia sem representação alguma. Medo sem objeto, que nos ataca desde um lugar desconhecido cuja sede se confunde com o próprio corpo. O pânico é o medo da morte que irrompe do corpo, ameaça da qual não sabemos fugir. A fobia representa uma tentativa de solução para o pânico.

Segundo Bauman (2008) diariamente, descobrimos que o inventário de perigos está longe de terminar: novos perigos são descobertos e anunciados quase todos os dias, e não se tem como saber ou identificar de que tipo será e quantos mais irão surgir. Como por exemplo, o medo usado nas campanhas políticas que é sempre retomado, porém abordado de

maneira diferente dependendo não só do sentido, mas também do momento histórico e político que cada partido está vivendo, sendo de oposição ou situação.

Conforme Delumeau (*apud* NOVAES, 2007, p. 47) “estamos diante de extremas derivações do medo quando ele não é observado de maneira lúcida e quando não é administrado. O medo é certamente necessário e mal percebemos como a humanidade poderia ter progredido sem ele, quer dizer, sem a tomada de consciência dos perigos que sucessivamente aparecem no meio do caminho. Mas ele rapidamente se esquia, tornando-se invasivo, escapando do controle, fazendo submergir qualquer espírito crítico e qualquer sentimento de humanidade”.

Delumeau conclui que o medo não desaparecerá da condição humana. Seguramente não podemos viver sem um encontro protetor. No entanto, as sociedades e os indivíduos devem encontrar um equilíbrio entre o arriscado e o seguro, entre a liberdade e a segurança, e compreender que chega um momento em que um excesso de segurança não reconforta mais e que a busca febril pela proteção cria novamente a angústia.

Os medos que aparecem sempre e se repetem podem levar o sujeito a uma inquietação e a uma angústia permanente, um sujeito que tenha um temperamento ansioso está mais propício a esse risco de estar mais inclinado aos medos do que outro. Pelo fato de o homem ter uma experiência tão diversificada e uma memória tão extensa que sem dúvida só raramente experimenta medos que não esteja em um grau enorme de angústia.

Eisenberg (2005), diz que como o medo, a angústia é ambivalente. É pressentimento do insólito e espera da novidade; vertigem do nada e esperança de plenitude. É ao mesmo tempo temor e desejo.

A angústia que é um fenômeno natural do homem pode ser positiva quando prevê ameaças mesmo que sejam imprecisas, não deixam de ser importantes. Dessa forma, estimula a mobilização do homem. Porém, uma apreensão exagerada pode também causar um estado de desorientação e de inadaptação, uma cegueira afetiva, uma proliferação perigosa do imaginário, desencadeando um mecanismo involutivo pela instalação de um clima interior de insegurança.

O homem está condicionado a pensar no medo como uma fraqueza de caráter, já que historicamente ser medroso nunca foi uma coisa para se vangloriar, pelo contrário, é um sentimento que o homem tem necessidade de esconder para não parecer uma pessoa covarde ou mesmo fraca.

Eisenberg (2005) afirma que o medo é uma paixão positiva que move os seres humanos e que ele é parte de qualquer projeto emancipatório de uma teoria moderna. Sem o

impulso republicano que o medo organiza na economia dos sentimentos morais, estaríamos como já estivemos e continuamos a estar em vários sentidos, entregues a uma miríade de formas de dominação. O medo que estimula o ser humano à ação libertadora é o medo da servidão, somos escravos acima de tudo quando somos escravos das nossas paixões, e só uma delas é capaz de enviar para o reino da ação política e para o império das virtudes: o medo desta servidão.

A pessoa que tem coragem de admitir seus medos obtém esperança para superá-los, o que só se pode fazer se, em primeiro lugar, recusar uma entrega ao movimento das paixões, sobretudo àquelas que giram em torno do impulso de sobrevivência.

Da esperança de superação do medo produzida pela razão prática, o ser humano engendra dentro de si o processo de construção de sua coragem. Coragem de resistir àquilo que lhe causa medo, mas também coragem de obedecer àquilo que pode tirá-lo o medo. (EISENBERG, pg. 51, 2005).

O medo tem como parceiro o sentimento de esperança, que também participa da produção daquela vocação, pois se o medo impele o ser humano a pensar no seu futuro e nas formas de evitar o objeto de seu medo, é a esperança que o projeta para o futuro. Sobretudo, é ela que leva o ser humano a crer que o pacto de sujeição que está preste a realizar pode efetivamente eliminar o objeto do medo.

O medo é mais importuno e mais insuportável que a morte. Conforme Eisenberg, (2005) entre a morte violenta agora ou o medo permanente de que a dor nos acometa amanhã, é razoável supor que escolheríamos a morte. O medo que move o ser humano negativamente do impulso de sobrevivência à razão prática, portanto, não é o medo da morte violenta, mas sim o medo das dores que acompanham a servidão.

Quando o ser humano que teme através da razão prática descobre que há esperança de anular o medo, ele adquire coragem. Essa coragem é uma coragem de ter medo, isto é, uma coragem de parar os atos apressados que nos levam às paixões para refletir primeiro, depois agir.

Eisenberg (2005) afirma que aqueles que temem perder suas propriedades, de serem exilados ou escravizados, vivem em angústia constante, incapazes de comer, beber ou dormir, enquanto que os pobres, os exilados e os escravos vivem frequentemente felizes como qualquer um. “O preço da liberdade, muitas vezes, é a felicidade. Aqueles que conseguem transformar seus medos em coragem e esperança não terão a felicidade do pobre, do exilado ou do escravo, mas manterão sua soberania política. A coragem de ter medo e, através do uso da razão, produzir a esperança de superá-lo, tem a potência de produzir uma ação política soberana, pois, afinal, aquele que tem coragem de ter medo, ainda não perdeu a vontade de ter

coragem”. “O medo mostra sua força suprema quando ele nos devolve a coragem que havia antes roubado de nosso dever e de nossa honra”.

O medo de ter medo gera a angústia passiva e paralisante. É ela que domina o terror dos regimes totalitários, e esse medo que se sente desaparece diante de uma vida social sufocada pela opressão, em que já não é mais possível identificar o objeto daquela paixão.

O terror pode originar-se de qualquer lugar, a qualquer momento, retirando do sujeito a capacidade de ter coragem de ter medo. Ele não pode confiar em ninguém para coordenar uma sociabilidade reflexiva que gere esperança coletiva de superação. O inimigo mora ao lado, em todo o lugar, e ao mesmo tempo, sob o totalitarismo.

Segundo Eisenberg (2005), o medo é importante para uma paixão positiva e libertadora, criadora do político e da política, em sua acepção republicana. O inimigo do político não é o medo, não é a obediência, e nem mesmo a autoridade política. O inimigo da ação política é o medo de ter medo. Enquanto que do medo nasce a razão prática e a esperança de emancipar-se das causas do medo, gerando assim uma sociabilidade reflexiva que podemos chamar de ação política, do medo de ter medo nasce a angústia que gera uma apatia em relação ao político que interessa somente àqueles que dela usurpam. Enquanto que da coragem de ter medo pode nascer uma república, na qual temos o dever de obedecer às regras legítimas, o direito de cobrar de todos que cumpram seus deveres, o direito de resistir quando a regra é injusta, e o dever de resistir quando nos é imposta, do medo de ter medo nasce à apatia que arremessa os sujeitos sociais em um jogo instrumental de articulação de interesses privados, individuais ou coletivos, colonizando a esfera pública e fazendo desaparecer, gradualmente, o político das sociedades contemporâneas.

São diversas as instâncias sociais em que o medo pode acontecer, o medo se pode ocorrer em vários lugares da sociedade ocorre também no campo político. É disso que vamos tratar no próximo capítulo.

1.3. O MEDO NA POLÍTICA

Antes de passarmos efetivamente a tratar de alguns aspectos do medo no interior da política, discorreremos brevemente sobre essa última, focalizando particularmente o campo discursivo político. Se a política consiste na obtenção, no exercício e na conservação do poder governamental, o discurso político nada mais seria que o discurso da obtenção, do exercício e da conservação desse poder. Contudo, a conceituação do discurso político não é tão simples assim. Piovezani (2009, p. 132) afirma que o avesso do discurso político é a

revelação da complexidade do mundo e a confissão da impotência política, uma vez que esse discurso sempre apresenta o conhecimento de seu enunciador sobre os problemas sociais e sua capacidade para solucioná-los. O discurso político possibilita uma troca entre dois sujeitos coletivos. Sendo sempre considerado uma fala pública. A fala política inicia sempre com a posição de um porta-voz, cujo discurso é a manifestação de crenças e desejos coletivos. O discurso político não fala a indivíduos, mas aos “brasileiros e brasileiras”, aos “parceiros do campo”, aos “companheiros trabalhadores”, aos “cidadãos de nosso município”, aos “desempregados” etc. (PIOVEZANI, 2009, p. 137).

A política, assim como outros campos, está perpassada por uma “ordem do discurso” que, além de condicionar as circunstâncias do dizer e os sujeitos que nelas podem assumir a condição de falantes, regula também o que ali pode ser dito.

Com base nessa concepção de gênero discursivo, constatamos facilmente que o discurso político não consiste em um gênero, mas se formula em um conjunto relativamente amplo de gêneros, porém não em qualquer um. Ele se manifesta sob a forma de programas de governo, pronunciamentos, declarações, entrevistas, debates, panfletos, cartas abertas, jingles, documentários etc. (PIOVEZANI, 2009, p. 147).

Segundo Piovezani (2009, p. 132), o discurso político como uma prática simbólica produzida, no interior do campo discursivo político, em circunstâncias públicas, por um enunciador legítimo ou em busca de legitimidade, que não se reduz a um “eu” pessoal, destinada a uma audiência que não corresponde a um interlocutor individual, e cujo assunto em questão se refira direta ou indiretamente ao interesse comum de uma coletividade, acreditamos que seja o conteúdo temático a dimensão que se repete nesses diversos gêneros em que o discurso político se formula.

Conforme Maquiavel (2007), a maneira como vivemos é tão distinta daquela que deveríamos viver que quem despreza o que se faz e se atém ao que deveria ser feito aprenderá a forma de se arruinar, e não a defender-se.

Os homens não são bons. Portanto, quem quiser praticar sempre a bondade em tudo o que faz está condenado a penar entre tantos que são maus. Assim, o governante deve aprender a agir, sem se preocupar com a bondade dos seus atos, usando-a ou não, conforme seja exigido pelas circunstâncias.

Maquiavel enumera as qualidades que valem críticas ou elogios aos soberanos e a todos os que se colocam numa posição mais elevada. Gastador ou parcimonioso; ávido ou generoso; cruel ou misericordioso; efeminado ou viril; covarde ou corajoso; invisível ou humanitário; lascivo ou casto; astuto ou sincero; vacilante ou firme; leviano ou sério; incrédulo ou religioso, e assim por diante.

Para Maquiavel seria impossível que um príncipe possuísse integralmente as boas qualidades enumeradas, pois as próprias condições humanas não o permitem. Por tudo isso, o governante deve evitar os vícios que o fariam perder o poder ou, quando nada, evitar que eles causem escândalos. Por outro lado, não deve se preocupar com a prática de condutas que, mesmo condenáveis ajudem a manter o poder.

O príncipe deve evitar o ódio ou o desprezo de seus súditos. Assim, é mais sábio ter fama de sovina, que não provoca ódio, do que ser conhecido como rapinante o que, além de má fama, origina rancor.

Do mesmo modo, todo político deve desejar ser tido como piedoso e não como cruel. Mas, deve ter o cuidado de não usar mal essa piedade. Um governante não deve temer a má fama de cruel, desde que ela ajude a manter seus súditos unidos e leais. A conduta piedosa pode favorecer distúrbios que prejudicam mais a comunidade do que as sentenças severas que atingem indivíduos isolados.

O governante deve agir sempre com equilíbrio, ter cuidado com o que acredita e com o que faz. Não pode ter medo da própria sombra, enxergar conspirações por todos os lados, tornando-se intolerável pela desconfiança, nem tornar-se imprudente pelo excesso de confiança.

Chegamos assim à questão de saber se é melhor ser amado do que temido. A resposta é que seria desejável ser ao mesmo tempo amado e temido, mas que, como tal combinação é difícil, é muito mais seguro ser temido, se for preciso optar. (MAQUIAVEL, 2007, P. 88).

Para Maquiavel (2007), os homens são ingratos, volúveis, dissimulados, só pensam em obter vantagens e escapar dos perigos, se o príncipe os beneficia, estão inteiramente ao seu lado quando o perigo é remoto. Quando é iminente, revoltam-se. E o príncipe, que confiou em suas promessas e não tem outros meios de se defender, está perdido. As únicas amizades confiáveis são as que decorrem da nobreza e da grandeza do espírito. As conquistadas pela compra não são seguras.

Os homens têm menos escrúpulos em ofender quem se faz amar do que quem se faz temer, pois o amor é mantido por vínculos de gratidão que se rompem quando deixam de ser necessários, já que os homens são egoístas: mas o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca falha. (MAQUIAVEL, 2007, P. 89).

Conforme Maquiavel (2007), conclui-se, que com respeito ao ser temido e amado, que os homens amam de acordo com seu próprio arbítrio, mas temem segundo a vontade do príncipe; portanto, o príncipe sábio deve apoiar-se nos meios a seu alcance, e não no que depende do poder alheio, devendo apenas evitar o ódio.

A primeira atitude para a conservação do príncipe no poder é não ser odiado pela maioria dos seus súditos. Quem mantém o poder enfrenta dois tipos de perigo: o perigo

interno, dos seus próprios súditos, e a ameaça externa. O príncipe leva nítida vantagem em relação aos conspiradores.

Em poucas palavras, do lado do conspirador estão o medo, os ciúmes, as suspeitas, o receio do castigo; do lado do príncipe há a majestade do poder, as leis, a proteção oferecida pelos amigos e pelo Estado. Quando a esses fatores se acrescenta a estima do povo, é impossível que alguém cometa a temeridade de conspirar. (MAQUIAVEL, 2007, P. 98).

Dessa forma, quando conta com o apoio do povo, o governante nada tem com que se preocupar, em termos de conspiração, mas quando os súditos o odeiam as ameaças vêm de todos os lados.

O medo é a única lei que não pode ser quebrada. equivalente às leis de exceção impostas pelos governos totalitários em épocas de “estado de sítio”. Sua vigência torna obsoletas as outras leis. Por isso, o medo é o que referenda a lei dos tiranos, que não se detêm diante das regras de convivência e respeito pelo outro. O medo torna o governante, a pretexto de proteger seus súditos de ameaças externas ou internas, absoluto em seu poder.

A lei do medo pode ser comparada ao estado de terror que vivem os moradores de algumas favelas das grandes cidades brasileiras, oprimidas entre a lei do tráfico e a violência da polícia sem lei.

Segundo Fiorin (2008), a definição aceita de que a política como os “atos sociais que modificam as relações intersubjetivas” implica a existência e o exercício do poder nas interações realizadas por sujeitos individuais ou coletivos. Dessa forma, pode-se agregar à política não só o que está dentro do campo da aceitabilidade tradicional, mas também as relações de poder que se exercem na vida cotidiana.

A disputa política é vista como uma luta, na qual é preciso vencer, por isso procura-se manobrar e manipular as pessoas como se fossem objetos. Isso explica os procedimentos eleitorais de se utilizar o medo como um artifício, para controlar a vontade e a consciência dos eleitores.

Podemos notar que o discurso político oscila a todo o momento, dependendo da posição na qual o partido se encontra entre o que se quer fazer e o que se pode fazer, evidenciando a estreita margem de liberdade de ação do governante, mostrando-se como alguém manipulado pelas exigências da realidade.

Essa situação de sujeição que o Poder ostenta confere a sua ação uma base “objetiva” e torna sua palavra “legítima” na medida em que uma e outra procuram traduzir diretamente uma ordem superior de valores ou de coisas. Raramente, sem dúvida, o enunciador do discurso de autoridade se mostra tão abertamente manipulador como quando se pretende assim “manipulado”. (LANDOWSKI apud FIORIN, 2008, p. 558).

A satisfação e a confiança do eleitor ocorrem quando o eleito faz aquilo que prometeu, caso contrário, a insatisfação e a decepção dão lugar à desconfiança. E essa decepção não acontece somente do eleitor com o candidato, mas também do eleitor consigo mesmo, pois considera que não soube votar em quem merecia. No entanto, quando as coisas não acontecem da maneira prometida, a culpa é atribuída ao próprio eleitor, que é visto como ingênuo, por se deixar levar pelo jogo do poder que ocorre na política.

O tempo da política é o futuro e que por isso esse futuro pode ser objeto de medo, porque nele os problemas atuais podem não ser resolvidos e podem até mesmo serem agravados: é isso que cada enunciador político fala sobre seu adversário utilizando desse artifício para causar a dúvida e a incerteza no oponente. Se o medo conforme mostramos frequente à política com mais razão ele tende a frequentar à esquerda, porque ao longo das histórias políticas sempre se produziu o medo sobre as ideias das práticas de esquerda. É disso que abordaremos no próximo item.

1.4. O MEDO DA ESQUERDA E DA DIREITA

Em princípio, poderíamos pensar que o medo historicamente no interior desse discurso foi nutrido em relação à esquerda. Bobbio (2001) nos explica essas noções de esquerda e direita.

Os termos: “Direita e Esquerda” são opostos e utilizados para apontar a oposição presente entre duas ideologias e entre os movimentos que dividem o mundo, extremamente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Segundo Bobbio (2001), os termos opostos são excludentes e conjuntamente exaustivos. Eles são excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivos, porque uma doutrina ou movimento pode ser somente de esquerda ou de direita.

[...] da dupla de termos antitéticos direita e esquerda pode-se fazer um uso descritivo, um uso axiológico, um uso histórico: descritivo, para dar uma representação sintética de duas partes em conflito: axiológico, para exprimir um juízo de valor positivo ou negativo sobre uma ou outra das partes: histórico, para assinalar a passagem de uma fase a outra da vida política de uma nação. O uso histórico, por sua vez, pode ser descritivo ou valorativo. (BOBBIO, 2001, p. 49).

Para Bobbio (2001), o critério mais constante adotado para distinguir a direita da esquerda são as diversas posturas que os homens organizados em sociedade assumem

diante do ideal da igualdade, que assim como o ideal da liberdade e o ideal da paz, um dos fins que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar.

A igualdade como ideal supremo, ou até mesmo último, de uma comunidade ordenada, justa e feliz, e portanto, de um lado, como aspiração perene dos homens conviventes, e de outro, como tema constante das teorias e ideologias políticas, está habitualmente acoplada ao ideal da liberdade, considerado, também ele, supremo ou último.(BOBBIO, 2001, p. 127).

A distinção entre direita - esquerda, por dois séculos depois da Revolução Francesa, serviu apenas para separar o mundo político em duas partes opostas. Uma das razões para que essa distinção tenha perdido força deveu-se ao fato de que as ideologias não estão mortas, contudo estão se (re) significando a todo o momento.

Conforme Bobbio (2001), as ideologias estão em crise, porque esquerda e direita não se referem apenas à ideologia, por isso, há problemas contrários com relação às ações políticas, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valores, com relação a qual ideologia seguir, sem se esquecer das diferenças entre as classes sociais.

Limitá-las a um pensamento ideológico seria uma errada simplificação. Para Bobbio (2001), elas indicam programas contrapostos com relação a vários problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade.

Em uma sociedade moderna e democrática fica difícil separar claramente as duas partes, pressupondo que em sociedades democráticas há vários grupos de opinião e de interesse em disputa entre si; tais grupos se contrapõem e às vezes se superpõem, em certos casos se integram para depois se separarem; ora se aproximam, ora se dão as costas. Bobbio (2001), afirma que em uma sociedade democrática tão diversa, as convergências e as divergências possibilitam as várias combinações de umas com as outras, não podendo mais colocar os problemas como opostos, de esquerda ou de direita.

Os dois termos de uma díade governam-se um a outro: onde não há direita não há esquerda, e vice-versa. Dito de outro modo existe uma direita na medida em que existe uma esquerda, existe uma esquerda na medida em que existe uma direita. (BOBBIO, 2001, p.61).

No entanto, a distinção entre os dois lados permanece, já que quem faz esse dualismo não é mais o sistema político, mas sim o princípio de maioria. No qual, um dos dois termos é sempre positivo e o outro negativo, em que ambos os termos podem ter conotações otimistas ou pessimistas dependendo da ideologia ou movimento que ela representa.

O juízo de valor positivo ou negativo que conforme as circunstâncias se dão à direita ou à esquerda é parte integrante da própria luta política, na qual a metáfora espacial perdeu completamente o significado originário e representa apenas dois lugares não axiologicamente conotados, pois o sentar-se à direita ou à esquerda tem como ponto

de referência não o pai comum, mas unicamente o presidente de uma assembléia, neutro por definição. (BOBBIO, 2001, p.92).

Quando afirmamos que a esquerda é igualitária e que a direita é inigualitária, não queremos realmente dizer que para ser de esquerda é necessário pronunciar o princípio de que todos os homens devem ser iguais em tudo, independentemente de qualquer critério discriminador, porque esta seria não só uma visão utópica para qual é necessário reconhecer. Bobbio (2001), diz em outras palavras que afirmar que a esquerda é igualitária não quer dizer que ela também seja igualitarista. A diferença deve ser ressaltada, porque com muita decorrência, como ocorreu com todos os que consideraram a igualdade característica distintiva da esquerda, houve quem acusasse os igualitários em decorrência de um insuficiente conhecimento da teoria da igualdade. Outra coisa é a doutrina igualitária ou um movimento nela inspirado, que tendem a reduzir as desigualdades sociais.

Em sua formulação mais radical, a igualdade é o traço comum das cidades ideais dos utopistas, assim como uma feroz desigualdade é o sinal admoestador e premonitório das utopias ao contrário, ou “distopias” (“todos os homens são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros”). (BOBBIO, 2001, pg.116).

As ideias socialistas propunham mudanças na organização da sociedade e na construção de um mundo mais justo.

Essas ideias têm precursores bastante distantes do século XIX, como o pensamento de Platão na Grécia Antiga que tem alguns princípios igualitários, as ideias de Thomas Morus na *Utopia* e, principalmente, as ideias mais radicais de igualdade surgidas no processo de Revolução Francesa (destacando as críticas à propriedade privada feitas por Graco Babeuf). No entanto, o nascimento das doutrinas socialistas está historicamente ligado ao processo de Revolução Industrial.

Os primeiros pensadores socialistas, chamados de socialistas utópicos ou românticos, defendiam a tese da completa igualdade social, elaborando teorias em que aparecem sociedades ideais, mas sem mostrar o caminho histórico a ser percorrido para se chegar a essa igualdade. Os principais nomes ligados ao socialismo utópico são: Robert Owen (fundador de cooperativas, em que as fábricas pertenciam à comunidade de trabalhadores), Charles Fourier (defensor de comunidades de trabalhadores, “os falanstérios”, com divisão de lucros), Saint-Simon (defensor da ideia de que o próprio desenvolvimento industrial levaria ao desaparecimento de patrões e empregados), Louis Blanc e Proudhon. De maneira geral, os socialistas utópicos defendiam a produção sem finalidade de lucro, o direito de ensino para todos, a igualdade completa de direitos, a sistematização do trabalho, etc.

Em 1848, Karl Marx e Friederich Engels publicaram, em Londres, o “Manifesto Comunista”, dando início ao chamado “Socialismo Científico” (ou Marxismo),

completado depois com outras obras, destacando-se “O Capital”. O aspecto básico do Socialismo Científico, que critica tanto o capitalismo quanto o socialismo utópico, é o “materialismo histórico” pelo qual se considera que a infra-estrutura de um sistema (economia e sociedade) é o componente básico para as transformações na superestrutura do mesmo sistema (político, ideológico e cultural). Os socialistas científicos partem da análise das leis e princípios determinantes da História para verificar que na evolução histórica do capitalismo se chegaria à tomada do poder pelo proletariado e à transformação da sociedade capitalista em sociedade socialista. O princípio motor da História seria a “luta de classes” entre exploradores e explorados, desde o desaparecimento do coletivismo primitivo (Pré-História) até se chegar ao Comunismo, em que a luta de classes desapareceria pela própria inexistência de classes sociais. O processo “dialético” das duas lutas de classes substituiria o mundo capitalista pelo socialismo (“baixo comunismo”), em que as massas trabalhadoras possuem os meios de produção e assumem o poder político e econômico, e depois se chegaria ao consumismo. Marx também levantou a teoria da “mais-valia”, fruto da ligação entre a quantia paga ao trabalhador e o valor dos produtos por ele fabricados (se o trabalhador recebe um salário para produzir artigos que são vendidos por um valor maior que esse salário, há um valor não pago que é apropriado pelo capitalista). As análises de Marx e Engels estão baseadas no método dialético: o desenvolvimento de contrários, tese e antítese resulta em uma unidade transformada em síntese.

O anarquismo via no governo a origem de todos os males da sociedade, propondo, então, a destruição do Estado e da propriedade privada. Para os anarquistas, a Revolução Proletária deveria derrubar não só a propriedade privada, como pregavam os socialistas, mas também o próprio Estado, substituindo-o por uma sociedade anarquista, ou seja, um conjunto de pequenas comunidades cooperativas que visariam só ao auto-abastecimento e não o lucro. Entre os precursores do anarquismo destaca-se o utópico Proudhon, que criticou os abusos da sociedade capitalista firmada na propriedade privada, propondo uma sociedade de homens livres e iguais, sem classe, sem exploração e sem Estado. Os principais pensadores anarquistas são Bakunin, autor do “Catecismo do Revolucionário”, em que defende a violência como meio de ação das massas, e Kropotkin, autor de “A Conquista do Pão”, em que defende uma ação sem violência extrema, através da não participação nas obrigações do Estado (impostos, serviço militar, etc.), visando não à substituição de uma autoridade por outra, mas à destruição da autoridade sem criar outra. As ideias anarquistas chocavam-se, em alguns aspectos, com as ideias do socialismo científico, ocorrendo críticas e contestações entre Marx e Bakunin, que se desdobraram entre seus

seguidores, no século XIX e no século XX, marcando com rivalidades internas, muitos movimentos de contestação à ordem capitalista burguesa.

Diante das pressões da sociedade, a própria Igreja foi forçada a formular suas ideias sobre a relação entre capitalistas e operários.

O pensamento social da Igreja, por alguns chamados de socialismo cristão, propunha a aplicação dos ensinamentos cristãos para corrigir os males da sociedade industrial e “humanizar” o capitalismo, sem, contudo, atacar suas estruturas fundamentais.

O papa Leão XIII expôs as ideias sociais da Igreja na “Encíclica Rerum Novarum” (1891), que reconheceu a gravidade da “Questão Social”, mas rejeitou as soluções socialistas, reconhecendo o direito de propriedade com distribuição mais justa e criticando a exploração do homem pelo homem.

Stálin ocupou o poder entre 1928, quando venceu a disputa com Trotsky, e 1953, ano de sua morte. O período stalinista foi marcado pela aplicação dos Planos Quinquenais e pela consolidação da organização econômica e política da URSS dentro do sistema socialista.

A planificação econômica socialista visa ao planejamento da produção e do consumo (não só da produção como na economia capitalista), funcionando de modo a evitar a superprodução. Para realizar os estudos para a planificação da economia da URSS foi criada, em 1921, a GOSPLAN (Comissão do Conselho do Trabalho e da Defesa ou Comissão do Plano do Estado), órgão responsável pelos sistemas e organismos de planificação do país.

Em 1928, a NEP foi substituída pelo Primeiro Plano Quinquenal (1928/9 – 1932/3). Seus objetivos eram o aumento da produção e sua estatização (acumulação de capital em escala nacional sob direção do Estado que orienta a aplicação para setores prioritários). A execução do Primeiro Plano Quinquenal previa o desenvolvimento da indústria pesada em detrimento da indústria de bens de consumo e a supressão completa da propriedade privada rural, substituída pelas “Kolkhozes” (fazendas coletivas que funcionam como cooperativas de produção dos camponeses) e pelas “sovkhozes” (fazendas do Estado, onde o camponês recebe salários e prêmios de produção sobre seu trabalho). Os resultados do Primeiro Plano Quinquenal levaram ao crescimento efetivo da indústria pesada e o nível de socialização da economia passou de 44% a 93%.

O Segundo Plano Quinquenal (1933-1937) significou uma planificação mais homogênea dos vários setores da economia, mas ainda se concentram as atenções no setor da indústria pesada.

O Terceiro Plano Quinquenal (1938 -1942) visava também com prioridade à produção de bens de equipamento, além da produção de energia elétrica e de química. A execução desse plano foi interrompida com o início da Segunda Guerra Mundial.

A realização dos Planos Quinquenais transformou a URSS em uma nova potência mundial, superando os entraves econômicos existentes antes da Revolução de 1917. Além disso, há resultados sociais importantes: redução do analfabetismo, oferecimento de melhores oportunidades educacionais e culturais à população, assistência oficial à maternidade, assistência médica e hospitalar gratuitas, etc.

O período de Stálin foi marcado politicamente por um endurecimento do Partido Comunista (nome adotado pelos bolcheviques, a partir de 1918, como Partido Comunista Russo e, a partir de 1925, como Partido Comunista da União Soviética) e por uma concentração ditatorial dos poderes em suas mãos.

A repressão contra os movimentos anticomunistas aniquilou as reações contrárias ao sistema, originadas da população e, dentro do próprio Partido, o grupo de Stálin eliminou seus opositores através de violentos expurgos e condenações (entre 1936 e 1937, sob o pretexto do assassinato de Kirov, um secretário do Partido, as perseguições aos grupos divisionistas chegaram ao seu ponto máximo, inclusive sob acusação de serem agentes de potências estrangeiras).

Em 1936, foi elaborada uma nova Constituição, posta em vigor em primeiro de janeiro de 1938, após aprovação popular.

A URSS passou a ser um Estado com forte poder centralizado: o governo federal ditava a linha política, econômica e social. O poder máximo do governo ficou nas mãos do Soviete Supremo da URSS, composto pelo Soviete das Nacionalidades. O mais alto órgão executivo continuou sendo Conselho dos Comissários do Povo, eleito pelo Soviete Supremo.

Embora a constituição assegurasse vários direitos aos cidadãos (sufrágio universal, voto direto e secreto), o verdadeiro poder estava concentrado nas mãos do Partido Comunista, único com existência legal permitida. Organizando em forma de pirâmide (o Congresso do PC nomeia o Comitê Central que indica o secretariado e o Politburo), o Partido Comunista acabou se transformando em uma elite de revolucionários.

Na política externa, apesar de continuar isolada, a URSS foi envolvida pela Segunda Guerra Mundial com os países capitalistas que enfrentaram o crescimento das ditaduras nazi-fascistas.

Nos próximos parágrafos abordaremos alguns fatos históricos sobre o medo da direita.

Os nazistas se autodenominavam arianos, membros de uma suposta “raça” não miscigenada e superior a todas as outras. Entendiam ser fundamental conquistar um espaço vital para o desenvolvimento de sua “raça”, o que pressupunha a conquista de territórios de determinados povos considerados inferiores.

A defesa de um Estado totalitário, da superioridade alemã, o antissemitismo, o combate aos comunistas e o nacionalismo exacerbado constituíram os pilares do ideal nazista. Com base nesses princípios, os nazistas foram responsáveis pela perseguição e morte de milhares de judeus, portadores de necessidades especiais, homossexuais, ciganos e militantes de esquerda durante o período de governo de Adolf Hitler (1933-1945).

Em 1930 as eleições para Reichstag (Parlamento) foram realizadas num clima de instabilidade econômica e social. O Partido Nazista ocupou 107 cadeiras no Parlamento e, em 1932, elegeu 230 deputados.

Depois do crescimento eleitoral da extrema direita, o presidente Hindenburg atendeu às pressões das elites (alta burguesia e latifundiários) e dos setores médios da sociedade e indicou Adolf Hitler para chanceler, em 1933.

Depois que Hitler assumiu o poder, o prédio do Parlamento alemão foi incendiado e a responsabilidade foi atribuída aos comunistas. Esse episódio deu aos nazistas a chance para adotar uma série de medidas para consolidar um sistema totalitário: a imprensa passou a ser controlada e tornou-se porta-voz do governo; os partidos de oposição e os sindicatos independentes foram dissolvidos; os indivíduos contrários à ideologia nacional-socialista foram presos, deportados ou executados; e a indústria pesada recebeu incentivos, em especial a indústria bélica.

Em 1934, com a morte de Hindenburg, Hitler assumiu também a Presidência, concentrando com isso todos os poderes. Entre 1933 e 1939, o Estado alemão adotou uma política expansionista, militarista, racista e ultranacionalista sob a liderança do *fuhrer*. Os problemas econômicos foram enfrentados pelo investimento do Estado em obras públicas e na indústria armamentista. Devido à mobilização militar, o desemprego foi reduzido. Ao mesmo tempo, os judeus foram proibidos de ocupar cargos públicos e acabaram por ser expropriados.

Neste capítulo apresentamos como surgiu o medo da esquerda e o medo da direita no mundo e como esses fatos influenciaram não só a história, mas como na vida política das pessoas. Se houve o surgimento desse medo da esquerda e da direita no mundo, também houve sua emergência no Brasil desde as últimas décadas do século XIX. Para tentar

melhor compreender esse fenômeno, vamos desenvolver no próximo capítulo algumas considerações sobre o processo histórico no interior do qual ele foi gestado e passou a sofrer certas transformações.

2. BREVE HISTÓRIA DO MEDO DA ESQUERDA E DA DIREITA NO BRASIL

2.1. HISTÓRIA E MEDO DO PT E DA DIREITA

Para entender o que acontecia no Brasil do século XX, temos que conhecer a história do PT. Não só por ter o controle de alguns postos políticos, mas também por influenciar o comportamento dos demais “atores”. A partir do momento em que se mostrou competitivo na arena eleitoral, o partido passou a ser um divisor de águas.

A criação do PT só pode ser compreendida no contexto da intensa mobilização social que se espalhou do ABC para o país todo em 1978 e 1989. O movimento sindical brasileiro chegou a ser considerado, no período, “o mais ativo do mundo”.

O mais famoso deles é um pernambucano chamado Luiz Inácio da Silva, que havia sido torneiro mecânico. Lula nasceu em 27 de outubro de 1945, em 1975 assumiria a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

O grande ABC desencadeou uma série de greves pelo estado de São Paulo. No ano de 1978, ocorreram greves frequentemente. Sucessivamente acontecia a criação de partidos por conta de uma mudança na lei de forma a permitir a organização de novas agremiações.

Conforme Singer (2001), a criação do PT se deve pela reforma partidária e pelas greves. Políticos e intelectuais integram ao sindicato de São Bernardo, grupos de lideranças trotskistas, como a Convergência Socialista e o presidente do Sindicato dos Coureiros de São Paulo, Paulo Skromov, levantam a palavra de ordem “Por um Partido dos trabalhadores” ou “Por um Partido Operário”.

As organizações e lideranças trotskistas tiveram um papel na criação do PT. Trotski acreditava que cabia à vanguarda da classe operária unificar o conjunto dos assalariados em uma grande organização de massa e ao mesmo tempo, atuar dentro dela de modo a orientá-la na direção da independência revolucionária.

Singer diz que por inspiração direta de Marx reforçam no caráter internacional da luta proletária. Não por acaso a Carta de Princípios, o Manifesto de Lançamento e o Programa do PT enfatizam que o partido “manifesta sua solidariedade à luta de todas as

massas oprimidas do mundo”. Por fim, os novos sindicalistas criam um partido para representar os trabalhadores.

A intenção era romper com os antigos vícios da política brasileira, atraindo setores heterogêneos da sociedade. As discussões tinham em vista formar um partido amplo, de orientação socialista democrática.

Para ele, da composição original restaria o carisma de Lula e a presença dos metalúrgicos para contrabalançar a ascensão dos outros segmentos no interior da legenda. “Sem os metalúrgicos e a liderança carismática de Lula, o PT provavelmente não seria mais do que um dos múltiplos pequenos grupos marxistas existentes no país ou um partido católico, democrata-cristão”, (Leôncio, *apud* SINGER, 2001, p.20).

Podemos notar que ao longo da história o medo com relação à esquerda vem dos conservadores, que querem preservar a sociedade como está. Marx aparece para mostrar que é preciso transformar essa sociedade injustiçada e sem condições de um futuro melhor, propondo que ocorra uma distribuição de renda e de melhoria de vida para os trabalhadores. A esquerda vai ser temida pela direita e pelos conservadores, que não tem interesse em adotar essa ideologia. O PT incorpora essa ideologia para fundar o partido, trazendo esses princípios para os trabalhadores.

Nos próximos parágrafos vamos abordar conceitos sobre a história da direita. Com a vitória do movimento político-militar de 1964, a presidência da República é entregue, provisoriamente, ao deputado Ranieri Mazzili, mas o poder, de fato, é exercido pela Junta Militar, o Supremo Comando da Revolução, integrado pelos Ministros da Guerra, general Artur da Costa e Silva, da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e da Marinha, vice-almirante Augusto Rademaker.

A primeira providência do Alto Comando foi realizar um expurgo dos elementos ligados ao governo deposto e, para isso, baixou o Ato Institucional nº 1 (9/abril/1964), regido por Francisco de Campos. O AI-1, editado para vigorar por seis meses, concedia ao Exército poderes excepcionais para cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos, decretar Estado de Sítio sem aprovação do Congresso, propor emendas constitucionais. Estabelecia também a suspensão, por seis meses, das garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade em cargos e funções públicas e marcava eleições presidenciais diretas para 3 de outubro de 1965. Para governar o país até a realização das eleições, seria eleito, pelo Congresso Nacional, um presidente provisório. Para as lideranças civis que apoiaram o movimento político-militar e para a maior parte da opinião pública, a expectativa

era de que os militares, após terem cumprido seu papel, retornariam aos quartéis e devolveriam o poder aos civis através de eleições.

No dia seguinte à sua decretação, 10 de abril, foram suspensos, por dez anos, os direitos políticos de uma centena de pessoas, entre as quais, João Goulart, Leonel Brizola, Jânio Quadros, Miguel Arraes e Luís Prestes.

No dia 11 de abril, o Congresso Nacional, já expurgado dos elementos ligados ao regime deposto, através de cassações, elegeu presidente o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

No entanto, entre os próprios militares havia divisões, vários grupos de tendências diferentes, dentre as quais os mais importantes eram os “brandos” e a “linha dura”. Os bandos, conhecidos também como o grupo “Sourbonne” ou “Grupo Castelista”, formavam a facção liderada pelo marechal Castelo Branco, defendiam um regime que equilibrasse autoritarismo e liberalismo e a ideia de que a intervenção militar deveria ter prazos e objetivos limitados. A “linha dura” caracterizava-se pelo radicalismo e defendia a posição de que os militares, em sua tarefa “saneadora” e de levar o país à posição de potência, não deveriam ter prazos para entrega do poder aos civis, este grupo predominou até o governo Geisel.

Em fevereiro de 1966, foi decretado o Ato Institucional nº3 – AI-3, estabelecendo eleições indiretas para governador. Através de um Ato Complementar cria o bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, partido de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, reunindo oposicionistas.

A Aliança Renovadora Nacional – ARENA foi um partido político brasileiro criado para dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do Golpe Militar de 1964.

A ARENA elegeu todos os presidentes da República que se candidataram pela legenda de Costa e Silva a João Figueiredo. A ARENA também conseguiu fazer a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados em todas as eleições que disputou. Elegeu todos os Governadores de Estado em todo o período, exceto no Estado da Guanabara em 1970 e no Estado do Rio de Janeiro em 1978, em ambas as ocasiões, o eleito foi Chagas Freitas, do MDB. Os territórios (Rondônia, Amapá, Roraima e Fernando de Noronha) eram governados por militares, assim como, na maior parte do tempo, o Distrito Federal, e muitos municípios considerados “Área de segurança nacional”, tinham seus prefeitos nomeados e não eleitos.

A ARENA também manteve, em todo o período militar, maioria no Congresso Nacional, graças a sua forte presença nos pequenos municípios,

No final de 1979, o governo de Figueiredo, aproveitando a divisão da oposição, realizou a reforma partidária extinguindo a ARENA e o MDB e permitindo a volta ao pluripartidarismo, que resultou na formação de vários partidos: Partido Democrático Social – PDS; Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; Partido dos Trabalhadores – PT; Partido Democrático Trabalhista – PDT, Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e Partido Popular – PP. O PDS foi o sucessor da antiga ARENA, o mesmo ocorrendo com o PMDB, sucessor do MDB. O PT reuniu elementos da classe operária, sindicalistas e intelectuais, com uma proposta socialista. O PDT, de Leonel Brizola, surgiu em decorrência da perda da sigla do PTB para Ivete Vargas, ambos disputando a herança do trabalhismo getulista. O PP reuniu, principalmente, a alta burguesia, mas foi extinto logo depois da fundação.

2.2. MEDO DA ESQUERDA E DA DIREITA NO BRASIL

Agora vamos abordar o medo da esquerda no Brasil. Houve um processo histórico no qual surgiram no Brasil as ideias e as práticas de esquerda e junto com elas surgiram também seus detratores, que passaram a produzir e a difundir o medo que essas práticas e ideias deveriam suscitar. As diversas informações de que trataremos aqui foram extraídos do Historiador Boris Fausto.

No decorrer da Primeira República, que se estendeu de 1889 até 1930, os movimentos sociais de trabalhadores ganharam força, tanto no campo quanto nas cidades. “Eles podem ser divididos em três grupos: 1 – os que combinavam conteúdo religioso com carência social; 2 – os que combinavam conteúdo religioso com reivindicação social; 3 – os que expressavam reivindicações sociais sem conteúdo religioso”. Nós iremos nos ater ao terceiro grupo.

O terceiro grupo de movimentos sociais no campo tem como exemplo mais expressivo as greves por salários e melhores condições de trabalho ocorridas nas fazendas de café de São Paulo. Houve centenas de greves localizadas que deixaram um registro escasso. A mais importante ocorreu em 1913, reunindo milhares de colonos da região de Ribeirão Preto por ocasião da safra. Os colonos pretendiam a revisão de seus contratos de trabalho e paralisaram as grandes fazendas. Houve intervenção da polícia e do cônsul da Itália, que procurou servir como intermediário nas negociações. Afinal, os objetivos dos colonos não foram alcançados.

O crescimento das cidades e a diversificação de suas atividades foram os requisitos mínimos de constituição de um movimento da classe trabalhadora. As cidades concentraram fábricas e serviços, reunindo centenas de trabalhadores que participavam de uma condição comum. Sob este último aspecto, não havia muita diferença com relação às grandes fazendas de café. Mas nos centros urbanos a liberdade de circulação era muito maior, assim como era maior a circulação das ideias, por significativas que fossem as diferenças de instrução e a ausência de veículos de ampla divulgação.

Mesmo assim, o movimento da classe urbana, no curso da Primeira República, foi limitado e só excepcionalmente alcançou êxitos. As principais razões desse fato se encontram no significado relativo da indústria, sob o aspecto econômico, e da classe operária, sob o aspecto sociopolítico. As greves só tinham forte repercussão quando eram gerais ou quando atingiam setores-chave do sistema agroexportador, como as ferrovias e os portos. Por sua vez, o jogo político oligárquico podia ser feito sem necessidade de agradar a massa operária nascente. Os operários se dividiam por rivalidades étnicas e estavam pouco propensos a organizar-se, pois a simples sindicalização já os colocava na “lista negra” dos industriais. Além disso, muitos deles eram imigrantes que ainda não tinham abandonado as esperanças de “fazer a América” e voltar para a Europa.

Na capital da República, quando ocorreu o surgimento dos primeiros partidos operários, no fim do século XIX, predominaram um vago socialismo e um sindicalismo pragmático, tendente a buscar o atendimento de reivindicações imediatas, como aumento de salário, limitação da jornada de trabalho, salubridade, ou de médio alcance, como o reconhecimento dos sindicatos pelos patrões e pelo Estado.

Opondo-se a esse quadro, em São Paulo predominou o anarquismo, ou melhor, uma versão dele: o anarco-sindicalismo. Na prática, tendo em vista a distância entre seu programa e a realidade social brasileira, os anarquistas, apesar de assumirem uma ideologia revolucionária, foram levados a concentrar esforços nas mesmas reivindicações sustentadas por seus adversários. Isso não impediu que as duas tendências se guerreassem, debilitando o já frágil movimento operário.

As diferenças ideológicas e de método de ação entre o movimento operário do Rio de Janeiro e o de São Paulo se devem a um conjunto de fatores. Eles dizem respeito às características das duas cidades e à composição da classe trabalhadora.

No fim do século XIX, a capital da República tinha uma estrutura social muito mais complexa do que a existente em São Paulo. Onde concentravam-se setores sociais menos dependentes das classes agrárias, onde incluíam-se a classe média profissional e burocrática,

militares de carreira, alunos da Escola Militar, estudantes das escolas superiores. A presença dos jovens militares e a menor dependência da classe média com a relação às classes agrárias favoreceram até certo ponto uma política de colaboração de classes. Os movimentos de protesto no Rio de Janeiro até 1917 tiveram um conteúdo mais popular do que especificamente operário.

Apesar do crescimento, São Paulo tinha uma estrutura social menos diversificada. A classe média girava em torno da burguesia do café e não havia grupos militares inquietos, dispostos a se aliar com essa classe. A maior presença de operários estrangeiros, sem raízes na nova terra, favorecia a influência difusa do anarquismo.

Desde o início da Primeira República surgiram expressões da organização e mobilização dos trabalhadores: partidos operários, aliás com poucos operários, que logo desapareceram, sindicatos, greves. Os anarquistas tentaram mesmo organizar a classe operária no nível nacional, com a criação da Confederação Operária Brasileira em 1906. Mas o movimento era esparso e raramente despertava a atenção e a preocupação da elite. Obtinham-se direitos pressionando os patrões, sem que eles fossem assegurados em lei.

Esse quadro foi interrompido entre 1917 e 1920, quando um ciclo de greves de grandes proporções surgiu nas primeiras cidades do país, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. O movimento operário passou a ser objeto de preocupações e ganhou a primeira página dos jornais. Os trabalhadores não pretendiam revolucionar a sociedade, mas melhorar suas condições de vida e conquistar um mínimo de direitos. A onda de greves perdeu forças a partir de 1920, seja pela dificuldade de alcançar êxitos, seja pela repressão. Esta se abateu principalmente sobre os dirigentes operários estrangeiros, que tinham papéis importantes como organizadores. Muitos deles foram expulsos do país.

Só diante das greves que se cogitou aprovar uma legislação, as primeiras propostas surgiram no Congresso Nacional, reunidas em um projeto de Código de Trabalho que previa a jornada de oito horas, o limite ao trabalho de mulheres e menores, a licença para as mulheres grávidas. O projeto foi criticado pelos industriais e pela maioria dos congressistas. Restou apenas à lei que regulava a indenização por acidentes de trabalho, aprovada em 1919.

No começo do século XIX, surgiu uma crise no interior do anarquismo. Os poucos resultados obtidos pelas greves, apesar de seu ímpeto, abriram caminho para as dúvidas sobre as concepções dessa corrente. Ao mesmo tempo, no plano internacional, chegaram ao Brasil notícias da ruptura entre anarquistas e os comunistas, que tinham triunfado na Rússia.

A Revolução de Outubro de 1917 parecia anunciar a “aurora de novos tempos”, e os agrupamentos de esquerda que lhes faziam restrições, aparentemente, “iam contra a marcha da História”. Nasceu assim, em março de 1922, o Partido Comunista do Brasil, cujos fundadores, em sua maioria, provinham do anarquismo. Essa origem foi excepcional na América Latina, onde praticamente todos os partidos comunistas resultaram de cisões do Partido Socialista. O PCB esteve na ilegalidade em quase toda a sua história. Até 1930, foi um partido de quadros predominantemente operários, cujo número nunca ultrapassou mil membros. Subordinou-se à estratégia da III Internacional, com sede em Moscou, que pregava para os países coloniais e semicoloniais a revolução democrático-burguesa, etapa preliminar da revolução socialista.

Para continuarmos a abordar a história da esquerda e da direita no Brasil, vamos nos ater agora a história dos principais políticos do Brasil, que influenciaram nos fatos que geraram o medo político na nossa sociedade.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 19/4/1882, na cidade de São Borja (RS) e faleceu em 24/8/1954, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Foi o presidente que mais tempo governou o Brasil, durante dois mandatos. Foi presidente do Brasil entre os anos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Entre 1937 e 1945 instalou a fase de ditadura, o chamado Estado Novo. Vargas criou a Justiça do Trabalho (1939) instituiu o salário mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho, também conhecida por CLT. Os direitos trabalhistas também são frutos de seu governo: carteira profissional, semana de trabalho de 48 horas e as férias remuneradas. Getúlio Vargas investiu muito na área de infra-estrutura, criando a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Vale do Rio Doce (1942), e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945). Em 1938, criou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Saiu do governo em 1945, após um golpe militar. Em 1950, Vargas voltou ao poder através de eleições democráticas. Neste governo continuou com uma política nacionalista. Criou a campanha do “Petróleo é Nosso” que resultaria na criação da Petrobrás.

Em agosto de 1954, Vargas suicidou-se no Palácio do Catete com um tiro no peito. Deixou uma carta testamento com uma frase que entrou para a história: "Deixo a vida para entrar na História". Até hoje o suicídio de Vargas gera polêmicas. O que sabemos é que seus últimos dias de governo foram marcados por forte pressão política por parte da imprensa e dos militares. A situação econômica do país não era positiva, o que gerava muito descontentamento entre a população.

Embora tenha sido um ditador e governado com medidas controladoras e populistas, Vargas foi um presidente marcado pelo investimento no Brasil. Além de criar

obras de infra-estrutura e desenvolver o parque industrial brasileiro, tomou medidas favoráveis aos trabalhadores. Foi na área do trabalho que deixou sua marca registrada. Sua política econômica gerou empregos no Brasil e suas medidas na área do trabalho favoreceram os trabalhadores brasileiros.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) foi marcado pela estabilidade política e pela manutenção da democracia. Porém, com a abertura do país ao capital estrangeiro, ocorreu um aumento da dívida externa brasileira.

Com o slogan cinquenta anos em cinco, Juscelino indicava a ideia central de seu governo, por meio de planejamento econômico e de investimentos públicos e privados em setores centrais da economia era possível realizar, em um mandato presidencial, então de cinco anos, a rápida industrialização do país, superando o subdesenvolvimento, a pobreza e as desigualdades sociais.

A estabilidade durante o mandato de JK pode ser atribuída à aliança firmada entre os dois grandes partidos políticos da época: PTB e PSD. O governo conseguiu atender às expectativas da elite agrária, ao mesmo tempo em que ampliava o mercado de trabalho nas áreas urbanas. Esses fatos favoreceram o bom relacionamento que existiu entre o governo de Juscelino Kubitschek e o Congresso Nacional.

O discurso do presidente Juscelino Kubitschek, bem ao estilo populista, procurava contemplar os interesses de diferentes grupos sociais. Gostava de afirmar que todo o povo brasileiro estava unido no projeto de desenvolvimento nacional.

Juscelino governou num clima menos tenso que seu antecessor, Getúlio Vargas. As discussões políticas, entretanto, continuaram opondo principalmente nacionais e liberais. Os nacionais defendiam um desenvolvimento impulsionado pelo Estado, modelo representado pelo governo de Getúlio Vargas. Os “entreguistas”, como ficaram conhecidos os liberais, pregavam um programa de desenvolvimento sem a intenção do Estado e alinhado ao capital internacional, notadamente o norte-americano.

Jânio Quadros obteve 48% dos votos nas eleições de 1960. Considerado um político teatral, atraía a atenção das massas por suas atitudes excêntricas. Como símbolo de campanha, ostentava uma vassoura e prometia a moralização da vida pública.

Teve que enfrentar altas taxas de inflação, crescimento da dívida externa, e uma grande desorganização administrativa. Por esse motivo, adotou uma política econômica austera, definida pelo FMI, com o objetivo de reduzir o déficit público e diminuir os gastos na área social. Para isso, adotou medidas impopulares, como a restrição ao crédito, o congelamento dos salários e a redução de subsídios para as importações.

A instabilidade do presidente deixava-o isolado do restante do governo. Pouco tempo depois da posse, Jânio já havia rompido com as lideranças udenistas.

Em agosto de 1961, tentando uma manobra política para manter o poder diante da crise político-econômica, Jânio renunciou à Presidência alegando estar sendo pressionado por “forças terríveis”, insinuando que existia um complô contra o seu governo. Essa decisão foi prontamente aceita pelo Congresso Nacional.

De acordo com a Constituição, João Goulart, o vice, deveria assumir a Presidência do Brasil. Jango assumiu a Presidência em sete de setembro de 1961, após o Congresso limitar os poderes do presidente, instituindo o regime parlamentarista no país.

Preocupado com a possibilidade de uma guerra civil, Jango aceitou a mudança proposta. Segundo a emenda constitucional que estabeleceu o parlamentarismo, uma consulta popular, prevista para o ano de 1965, decidiria o futuro do novo regime.

Mesmo com os poderes limitados, o presidente iniciou a elaboração de uma meta de governo que ficou conhecida como Plano Trienal. O objetivo era combater a inflação, reduzir o déficit público e promover o crescimento econômico do país. Para isso, foram tomadas algumas medidas, como a desvalorização da moeda e a redução das importações.

Descontente com o regime parlamentarista, Jango passou a articular nos bastidores a antecipação do plebiscito que decidiria o sistema de governo no Brasil. A campanha pró-plebiscito conquistou a opinião pública e em seis de janeiro de 1963 o povo decidiu pela volta do presidencialismo.

Em 1964, setores civis e militares planejaram um golpe de Estado que derrubou o governo do presidente João Goulart e deu início ao período da ditadura militar no Brasil, que durou até 1985. As forças que apoiaram o golpe de 1964 eram compostas por grupos de conservadores da sociedade brasileira, incluindo partidos políticos, representantes das elites econômicas nacionais e internacionais. Essas forças acreditavam que com a implantação de um governo forte, com base militar, seria capaz de promover o crescimento econômico do país, controlar a inflação, acabar com a corrupção e impedir a expansão do comunismo.

Os militares defendiam a guerra contra o “inimigo interno”, eles acreditavam na necessidade de equipar as Forças Armadas para que pudessem representar os interesses do novo governo, procurando manter o controle sobre a política brasileira.

Com a publicação do AI-1 (Ato Institucional: conjunto de leis promulgado pelo governo sem necessidade da aprovação do Congresso), iniciou-se a repressão política a sindicatos, entidades estudantis (como a UNE – União Nacional dos Estudantes),

universidades, jornais, rádios, lideranças sindicais e ligas camponesas, políticos e opositores, com o objetivo de silenciar qualquer manifestação contrária ao regime instituído.

Foram instaurados no país os Inquéritos Policiais Militares (IPMS) e uma rede de informações e contrainformação comandada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Gerando em todo o país inúmeros protestos e manifestações.

Houve um processo gradual de abertura na Ditadura Militar ocorrido a partir do final dos anos de 1970, e foi a partir desse processo que começou a haver a possibilidade de que novamente as ideias de esquerda voltassem a circular de modo aberto na sociedade brasileira (durante a Ditadura, essas práticas e ideias de esquerda praticamente só circulavam em espaços restritos e às escondidas, tais como nos movimentos de resistência...). Isso foi uma condição de possibilidade para o surgimento do PT.

Para darmos continuidade ao medo na política, a partir do próximo parágrafo começaremos a tratar do medo da direita no Brasil.

Após o término da primeira Guerra, começam a se fortalecer na Europa duas tendências políticas: de um lado o fascismo e nazismo e de outro o marxismo. O nazi-fascismo procura uma saída para a crise do capitalismo, sem destruí-lo. É ultranacionalista, militarista, ditatorial e ultra-reacionário. O marxismo é revolucionário e preconiza a superação do capitalismo através da tomada do poder pela classe operária, destruindo a propriedade privada e a exploração do trabalho assalariado.

Essas duas tendências se refletem no Brasil com a formação da Ação Integralista Brasileira e da Aliança Nacional Libertadora.

Ação Integralista Brasileira, fundada em 1934 e influenciada pelo fascismo italiano, representou a fusão de várias organizações fascistas, que vinham surgindo no Brasil desde a década de 1920. A partir da fundação da Ação Integralista Brasileira, chefiada pelo escritor Plínio Salgado, as forças de direita dispersas pelo país ganham homogeneidade e adquirem caráter nacional.

Em seu programa, a Ação Integralista Brasileira atacava violentamente o liberalismo burguês e o socialismo, pregando um Estado autoritário e nacionalista, que promovesse a “regeneração nacional” baseado no lema “Deus, pátria e família”. O integralismo propunha um Estado baseado na representação corporativa das várias classes sociais, um Estado ditatorial, ultranacionalista com base na hegemonia de um único partido, a Ação Integralista Brasileira, e numa sociedade militarizada.

O movimento integralista contou com a participação de intelectuais, militares, elementos do clero, da classe média, estudantes, latifundiários e grandes capitalistas. A

organização integralista possuía moldes militaristas com rígida hierarquia, culto ao chefe, militantes uniformizados (camisas verdes), bandeiras, símbolo (sigma) e saudações com o braço levantado e o grito “Anauê”. Realizavam marchas, manifestações e se organizavam em grupos paramilitares. O ódio aos comunistas era usado como fator de união e vigilância entre seus membros.

A Aliança Nacional Libertadora surge em janeiro de 1935 como uma frente antifascista, de esquerda, semelhante às Frentes Populares que surgiram na Europa para barrar a ascensão do fascismo. Dela participavam liberais, socialistas, comunistas, líderes trabalhistas, tenentistas e elementos da classe média contrários ao fascismo imperialismo e os latifúndios.

Em março de 1935, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, realizou-se a cerimônia de lançamento oficial da Aliança Nacional Libertadora. Luís Carlos Prestes, que ingressara no Partido Comunista, foi, sob aclamação, indicado como Presidente de Honra.

A Aliança Nacional Libertadora cresce rapidamente, sendo organizadas várias ramificações nos Estados, seus comícios populares são muito concorridos, contando os aliancistas em três meses com aproximadamente 400.000 membros. Esse extraordinário crescimento fez crescer também o receio das camadas dominantes conservadoras.

Em julho de 1935, na última manifestação da Aliança Nacional Libertadora, foi lido um manifesto de Luís Carlos Prestes, de teor mais radical quanto às perspectivas revolucionárias imediatas do movimento. Esse documento foi utilizado pelo governo como pretexto para dissolver a Aliança Nacional Libertadora, com base na Lei de Segurança Nacional, que Vargas tinha conseguido que a Câmara aprovasse, em abril.

Praticamente não houve manifestações de protesto contra a proibição da Aliança Nacional Libertadora. Os principais dirigentes tiveram que empreender enormes esforços para manter alguns núcleos ativos na ilegalidade. Os elementos moderados se afastam do movimento, os comunistas passam a controlá-lo e planejar um levante armado, que deveria ocorrer em novembro. A ação partidária volta-se mais para a preparação do levante do que para o trabalho político junto à camada trabalhadora e, no entanto, se esperava o apoio do povo no movimento.

O distanciamento das massas trabalhadoras foi um elemento a mais para favorecer Vargas e os militares, que o rodeavam e que conspiravam para obter poderes especiais através da utilização do “medo da ameaça comunista”.

O levante, conhecido como Intentona Comunista, eclode entre 23 e 27 de novembro. No Rio Grande do Norte, o batalhão em levante chegou a organizar um governo, o

“Comitê Popular Revolucionário”. A repressão é imediata com auxílio da Polícia Militar e fortes contingentes de jagunços enviados pelos fazendeiros. Em Recife e Olinda, duas guarnições militares, sob domínio comunista, se sublevam e são reprimidas. No Rio de Janeiro, apenas parte de duas guarnições se sublevam e também são reprimidas em poucas horas sob o bombardeio de artilharia.

Para combater os levantes, Vargas decreta o “Estado de Sítio”, em novembro, que se prolonga até o ano seguinte. Esse era o pretexto que Vargas necessitava para conduzir o país à ditadura. Na verdade, sabia dos planos dos comunistas através de elementos da polícia infiltrados no partido. Esperou que o levante eclodisse para que pudesse usar a repressão e investir-se de poderes excepcionais.

O fracasso do levante foi seguido de terrível repressão. Os comunistas e demais partidários da Aliança Nacional Libertadora foram presos e torturados violentamente. A Polícia Especial, chefiada pelo capitão Felinto Muller, dirigia essa repressão contra forças populares e opositoras, inclusive contra aqueles que não tiveram participação direta no levante. Ao mesmo tempo desenvolve-se uma intensa campanha de mentiras visando apavorar a população com o “perigo vermelho”. Milhares de pessoas foram presas e submetidas à tortura pela Polícia Especial, muitas foram assassinadas e as prisões ficaram repletas.

Nos dois anos seguintes, novas medidas de exceção, como a transformação do Estado de Sítio em Estado de Guerra e a criação do Tribunal de Segurança Nacional, liquidam com as garantias constitucionais e instalam o terrorismo político do Estado, utilizado para combater qualquer opositor que pudesse significar obstáculo para o golpe planejado.

A situação repressiva favoreceu o aumento de poder de Getúlio Vargas e de sua cúpula militar e o clima para um golpe de Estado. No início de 1937, a maioria dos líderes políticos não ignorava que havia um golpe em andamento, que esbarrava, no entanto, em governos liberais como o de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Como as eleições presidenciais estavam marcadas para janeiro de 1938, teve início a campanha presidencial no início de 1937. Num clima tenso, de intervenções federais em alguns Estados, como o Maranhão, Mato Grosso e Distrito Federal, foram lançadas as candidaturas. Armando Sales de Oliveira, oligarca paulista, representando as oposições. José Américo de Almeida sai como candidato oficial e Plínio Salgado, candidato dos integralistas, embora estes se aproximassem de Vargas.

No entanto, Getúlio Vargas não tinha intenções de realizar as eleições, tudo estava preparado para o golpe.

No dia 30 de setembro de 1937, o general Góis Monteiro divulga à nação o “Plano Cohen”, um plano supostamente comunista, que visava à tomada do poder através de assassinatos de líderes políticos, luta armada, invasões de lares e outras violências. Na verdade, esse plano constituiu-se no pretexto para o golpe; era uma fraude e, segundo muitos historiadores, de autoria de Olímpio Mourão Filho, membro da polícia particular da Ação Integralista.

Vargas solicita ao Congresso um novo Estado de Guerra para combater a suposta ameaça comunista. A oposição põe em dúvida a autenticidade do “Plano Cohen” e embora a maioria dos deputados, assim como grande parte da opinião pública, tivesse desconfiança da sua veracidade, o clima de pressões militares os atemorizou e o Estado de Guerra foi aprovado.

No dia 9 de novembro, Armando Sales de Oliveira, em um discurso, apela para as Forças Armadas para pedir a manutenção da legalidade. No entanto, Getúlio Vargas já havia encomendado, secretamente, ao jurista Francisco de Campos, uma nova Constituição para o Estado autoritário que pretendia implantar.

No dia 10 de novembro o Congresso foi fechado por tropas da polícia militar, sem encontrar resistências por parte dos parlamentares. Nos Estados, os governadores encarregaram-se de controlar a situação, com tropas em prontidão. À noite, pelo rádio, Getúlio Vargas discursou anunciando a nova Constituição e a implantação do Estado Novo. Estava estabelecida a ditadura.

3. HISTÓRIA E ANÁLISE DOS ENUNCIADOS

3.1. BREVES NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Iremos iniciar nossas breves notas sobre a história da Análise do Discurso a partir da história das mentalidades e da escola de Annales, para depois iniciarmos um contexto histórico sobre a Análise do Discurso.

Segundo Gregolin (2004) o início do século XX foi marcado por grandes convulsões e rupturas com o passado, exigia um novo olhar sobre a história que possibilitasse captar a heterogeneidade das ações humanas no jogo histórico, e para que isso pudesse ocorrer, era necessário dotar o fazer historiográfico de novos instrumentos, abrindo-o para a interdisciplinaridade. Por isso que Block e Febvre criaram a revista Annales em 1929, para fazer dela um lugar de enriquecimento da história.

A “Escola de Annales” não foi um bloco monopolítico. Dessa forma muitos críticos preferem referir-se a um movimento dos Annales e classificá-lo em três fases.

A obra de Foucault estabelece uma profunda relação crítica com a História, inspirado em Nietzsche, Foucault propõe uma história genealógica, que problematiza o passado a fim de desvelar suas camadas arqueológicas e se volta para uma aguda crítica do presente.

A genealogia se opõe ao método histórico tradicional, para ela, não há essências fixas, nem leis subjacentes, nem finalidades metafísicas. A genealogia busca descontinuidades, a superfície dos acontecimentos. No fundo, tudo é interpretação e a genealogia conta a história dessas interpretações, criadas e impostas por outras pessoas e não inerentes a natureza das coisas. (GREGOLIN, 2004, p. 163).

Conforme Gregolin (2004) a concepção de história adotada por Foucault é tributária da “história-problema”, a partir da qual ele faz a crítica de certos fundamentos da concepção positivista da História tradicional como a continuidade, a causalidade, a concepção de sujeito, a crença na “verdade” do documento.

A descontinuidade é um conceito central em Foucault na história tradicional pensava-se no tema e na possibilidade de uma história global. O que Foucault nomeia como histórias gerais são entendidas como descrição dos fatos em sua singularidade de acontecimentos, nas suas correlações, nas suas transformações, nos seus desaparecimentos.

A matéria prima do historiador foi o documento que, como voz distante reconstitui o passado, reduzindo-o a um silêncio decifrável.

Desse modo, o texto histórico é tradicionalmente definido como um tipo de narração interessada em reconstruir o “real” a partir da análise documental do contexto, o meio histórico. No entanto, a concretude e a acessibilidade do contexto histórico são ilusórias, pois os milhares de documentos históricos são lidos e interpretados pelo olhar dos historiadores. Um mesmo fato histórico pode ser contado de diferentes pontos de vista, porque o autor do texto histórico, como na literatura, ou no texto científico, é apenas, e sempre, efeito construído pelo discurso.

Como objeto de interpretação, a História nunca é história-pura, mas história-para, o que significa afirmar que ela é uma narrativa cuja natureza é provisória e contingente, suscetível, portanto, de revisões e de re-interpretações. (GREGOLIN, 2004, p. 163).

Para Gregolin (2004) cabe ao historiador contextualizar o documento, buscando nas condições de sua produção histórica, a sua intencionalidade inconsciente. Todo documento é uma montagem e cabe ao historiador desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as suas condições de produção.

A partir da interpretação, a escrita da História realiza a passagem d “memória coletiva” para a “memória histórica” ao ler o documento como monumento. Entendendo a História como interpretação, há uma mudança na concepção de “sujeito da História”, que não é mais apenas os grandes homens envolvidos m grandes acontecimentos políticos, diplomáticos, militares. A nova História interessa-se por todos os homens e isso marca a entrada, na escrita da História, das massas dormentes.

A história das mentalidades e outras formas de história cultural não foram esquecidas, no entanto estavam marginalizadas ao projeto dos *Annales*. Nos anos 60 e 70 ocorreu uma importante mudança, o itinerário intelectual de alguns historiadores dos *Annales* transferiu-se da base econômica para a superestrutura cultural.

Segundo Burke (1997) foi realmente um historiador da geração de Braudel que despertou a atenção pública para a história das mentalidades, através de um livro publicado em 1960. Philippe Áries direcionava seus interesses para a relação entre a natureza e a cultura, para as formas pelas quais uma cultura vê e classifica fenômenos naturais tais como a infância e a morte.

Áries defende em seu estudo sobre as famílias e as escolas durante o antigo regime, que a infância, ou, mais exatamente, que o sentimento da infância, não existia na Idade Média. Com esse estudo Áries contribuiu para inspirar centena de estudos sobre a história da criança em diferentes regiões e períodos, e chamar a atenção de psicólogos e pediatras para uma nova história.

Seus últimos estudos foram dedicados as atitudes perante a morte, focalizando de novo um fenômeno da natureza refratado pela cultura, a cultura ocidental.

Para Burke (1997) o livro de Philippe Aires foi particularmente um desafio aos demográficos históricos, um desafio ao qual, alguns deles responderam dando maior atenção ao papel dos valores e das mentalidades no comportamento demográfico. Jean-Louis Flandrin, cujos estudos sobre o antigo regime francês direcionaram-se para questões tais como a natureza da autoridade paterna, atitudes em relação às crianças, a influência do ensino religioso sobre a sexualidade e sobre a vida emocional dos camponeses. Os estudos nessa área contribuíram muito para estabelecer uma ponte entre a história das mentalidades baseada em fontes literárias como, o Rabelais de Febvre e a história social, que negligenciava o estudo de valores e atitudes.

No interior do grupo de *Annales*, alguns historiadores sempre estiveram envolvidos prioritariamente com os fenômenos culturais. Assim como Alphonse Dupront, um historiador da nova geração de Braudel, não muito conhecido, mas cuja influência sobre a nova geração foi considerável. Dupront tem trabalhado durante toda sua carreira, no sentido de relacionar a história da religião com a psicologia, sociologia e com a antropologia.

A figura principal na psicologia histórica à La Febvre foi Robert Mandrou. Logo após a morte de Febvre, Mandrou encontrou entre seus papéis um arquivo contendo notas sobre um livro não escrito, que deveria ter sido a continuação do Rabelais, sobre o nascimento da mentalidade moderna francesa. Ele decidiu continuar a obra de seu mestre e publicou sua *Introduction à La France Moderne*, com o subtítulo “Um ensaio em psicologia histórica -1500 – 1640”, em que incluía capítulos sobre saúde, emoções e mentalidades.

Em seguida, Braudel e Mandrou se desentenderam, e isso fez com que o futuro de *Annales* fosse definido em um debate, já que Braudel defendeu a inovação, enquanto Mandrou preferia a herança de Febvre, o que ele chamava “o estilo original”, em que a psicologia histórica ou a história das mentalidades desempenharam um papel importante.

Conforme Burke (1997) Mandrou deu continuidade em seus estudos com a publicação de um livro sobre a cultura popular nos séculos XVII e XVIII e, depois, com um estudo sobre *Magistrats et sorciers em France au XVII siècle* “Uma análise de psicologia histórica” (Mandrou, 1968). Os temas, bruxaria e cultura popular, rapidamente atraíram, na época, um interesse histórico crescente. Jean Delumeau, que iniciara a carreira como historiador socioeconômico, transferiu suas preocupações com a produção de alumem nos estados papais para os problemas da Reforma e da denominada “descristianização” da Europa. Mais recentemente, Delumeau voltou-se para a psicologia histórica, no sentido febvriano do

termo, e escreveu uma ambiciosa história do medo e da culpa no Ocidente, discriminando “os medos da maioria (o mar, fantasmas, pragas e fome) dos medos da “cultura dominante” (satã, judeus e mulheres).

Os medievalistas Jacques Le Goff e Georges Duby foram os historiadores mais destacados na história da mentalidade, no início dos anos 60. Le Goff sofisticou as generalizações de Febvre, elas mesmas um pouco imprecisas, e discutiu o conflito entre as concepções do clero e as dos mercadores. Sua contribuição mais substancial, contudo, para a história das mentalidades, ou à história do “imaginário medieval”, foi realizada vinte anos depois com a publicação do *La naissance du Purgatoire*, uma história das mudanças das representações da vida depois da morte.

Já Georges Duby, fez sua reputação como um historiador social e econômico da França Medieval. Sua tese, publicada em 1953, teve como tema a sociedade na região de Macon. Em seguida, publicou um substancial trabalho de síntese sobre a economia rural do Ocidente medieval.

Burke afirma que não é tão surpreendente encontrar contribuições importantes à história das mentalidades feitas por medievalistas como Duby e Le Goff. A distância temporal que nos separa da Idade Média, sua “alteridade”, coloca problemas que uma abordagem desse tipo auxilia resolver. Por outro lado, os tipos de fontes que restaram da Idade Média não são menos aceitáveis para outra das novas abordagens da cultura, a história serial.

Depois de expor a história das mentalidades iremos fazer um percurso histórico sobre a história da Análise do Discurso.

Na França nos anos 60, em meio ao estruturalismo francês, surge a Análise do Discurso, que era uma maneira de se pensar a relação entre língua e a história. Esse campo do saber, que se desenvolveu articulando a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise, buscava desvendar as ideologias presentes nos discursos.

A linguística tem seu objetivo próprio, a língua, e esta tem sua ordem própria. A análise do discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história, que em conjunto com a língua produzem o discurso, assim o encontro entre a língua e a história consiste na instância responsável pela produção de sentidos na sociedade. Por isso, os estudos do discurso trabalham o que vai se chamar de forma material (Orlandi, 2001, p. 218), que é a forma encarnada na história para produzir sentidos.

Nos estudos discursivos não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas principalmente como acontecimento.

Unindo estrutura e acontecimento, a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Neste contexto a Psicanálise contribui com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história.

Maior de 68 foi marcado pelo movimento estudantil e de operários que se manifestaram contra a política vigente. Sendo uma resposta ao estruturalismo. Segundo Courtine (2006) maio de 68 foi uma revolução discursiva, uma diversidade na produção de discursos, uma grande circulação, que encheu as ruas e as mídias.

A Análise do Discurso de 68 pretendia sair do estruturalismo e mostrar uma outra forma que se daria, através da Análise Automática do Discurso, Pêcheux buscava uma leitura não subjetiva da subjetividade da língua. O estruturalismo trazia um método rigoroso e o encontro da linguística com a antropologia. Mas Pêcheux acreditava que era possível ensinar o outro a ler, a ver o que estava nas entrelinhas.

A linguística acaba por se impor com relação às ciências humanas, como uma área que confere cientificidade aos estudos, já que esses deveriam passar por suas leis. É nesse horizonte que se inscreve, por exemplo, o projeto filosófico de Althusser. Em *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (1970) ele faz uma releitura de Marx, distingue uma “teoria das ideologias particulares”, que exprimem posições de classes, de uma “teoria da ideologia em geral”, que permitiria evidenciar o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção, comum a todas as ideologias particulares.

Pêcheux, na esteira de Althusser e apoiado em uma formulação filosófica, desenvolve um questionamento crítico sobre a linguística, propondo uma desconstrução dirigida, pensando em uma teoria a partir da noção do acontecimento com a criação de conceitos como formações imaginárias, formação discursiva e interdiscurso. A Formação Discursiva que Pêcheux pegou de empréstimo de Foucault deriva de um paradigma marxista: a classe dominante e a classe dominada. A ideologia se materializa no discurso, e cada formação ideológica tem uma formação discursiva.

A partir dos anos de 1968-1970 a Análise do Discurso adquiriu um reconhecimento institucional e passou a ser vista como ciência da linguagem e tinha como trabalho “elaborar uma concepção do discurso que fizesse dele um objeto essencial para a compreensão das realidades históricas e políticas, um nível de intervenção teórica crucial para quem desejava, ao mesmo tempo, compreender a sociedade e operar sua transformação”. (COURTINE, 2006, p. 38).

A disciplina foi criada para suprir a necessidade de se estudar o que Saussure havia deixado de lado, a fala.

Seu primeiro objetivo foi o de querer rearticular o que o “corte saussuriano” havia talhado, de fazer ressurgir o que a instituição de uma lingüística formal havia relegado ao exterior do campo da ciência da linguagem: as condições de uso da língua. O que é surpreendente na releitura atual dos textos que exprimiam esses objetivos é o ambiente de *dramatização epistemológica* no qual eles estavam mergulhados. (COURTINE, 2006, p. 39).

Segundo Courtine (2006) a Análise do Discurso foi, à configuração teórica do final dos anos 60, composta de estruturalismo agonizante, de epistemologias da descontinuidade, de uma política marxista das ciências humanas e da considerável impregnação pela psicanálise da atmosfera teórica do momento.

A Análise do Discurso tinha como objetivo questionar o “corte” e a delimitação do campo da lingüística, interpelando a centralidade da disciplina, tudo o que ela teria negligenciado. Ela também pretendia continuar com o sistema lingüístico e com as condições históricas da língua em uso.

Conforme Courtine (2006) era preciso sair do texto para analisar novos enunciados para se entender o que o discurso soviético dizia. Diante da diversidade do arquivo, a Análise do Discurso passou a ter um interesse pelo discurso doutrinário ou institucional, para o que se poderia chamar de a história social dos textos.

O campo da análise do discurso é, então, o lugar de múltiplas tensões. Ele está dividido entre algumas maneiras de trabalhar que o arrastam para a lingüística e outras que o orientam para o lado da história. (COURTINE, 2006, p.44).

Antigamente, a Análise do Discurso se dedicava à descrição dos textos, atualmente procura dar ênfase às práticas orais. “Ela investigava as centralidades discursivas, agora, pretende apreender as margens do discurso”.(COURTINE, 2006, p.45).

Courtine (2006) afirma que para se fazer uma história da Análise do Discurso, não é necessário fazer a independência e a neutralidade dos métodos, mas sim um reflexo das suas mutações do próprio objeto, nas suas modalidades de existência material, nas suas percepções individuais e coletivas.

Optamos em não desenvolver um histórico da Análise do Discurso, uma vez que esse já se encontra em teses, artigos, dissertações e várias outras obras². De modo que faremos a retomada de alguns princípios que são centrais para a Análise do Discurso e que nos servirão de fundamento para a realização das nossas análises.

² Courtine, Maldidier [MALDIDIÉ, Denise. “A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux”. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Org.) *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 39-62], ORLANDI. Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*.

O discurso não corresponde à noção de fala, pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, com suas variáveis, etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto.

A Análise do Discurso faz um outro recorte teórico relacionando língua e discurso. Em seu quadro teórico, nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades linguísticas que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo são condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso.

Segundo Brandão (1999) a linguagem enquanto discurso é interação e um modo de produção social, ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. Seu estudo não pode ser desvinculado de suas condições de produção. Esse será o enfoque a ser assumido por uma nova tendência linguística que irrompe na década de sessenta: a Análise do Discurso.

As condições de produção compreendem principalmente os sujeitos e a situação. A memória contempla a produção do discurso acionando as condições de produção. Segundo Orlandi (2000) podemos conservar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação que seria o contexto imediato. No entanto, se considerarmos em sentido amplo elas agregam também o contexto-histórico e ideológico.

Brandão ressalta (s/d.) que a contribuição de Pêcheux está no fato de ver nos protagonistas do discurso não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia”.

Para Courtine (2009) os termos “imagem” ou de “formação imaginária” poderiam perfeitamente ser substituídos pela noção de “papel” tal como é utilizada nas “teorias do papel” herdadas da sociologia funcionalista de Parsons ou ainda do interacionismo psicológico de Goffman”.

Courtine (2009) propõe uma definição de Condições de Produção que não seja atraída por essa psicologizante das determinações históricas do discurso, fazendo-as transformações em simples circunstâncias. Circunstâncias onde interagem os “sujeitos do

discurso”, que passam a constituir a fonte de relações discursivas das quais, na verdade, não são senão o portador ou o efeito. Postula uma redefinição da noção de Condições de Produção alinhadas à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente com o conceito de formação discursiva.

Todos os mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos de formações imaginárias. São as imagens que resulta a projeção e não os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso. Essas são as distinções que permitem passar das situações empíricas, os lugares dos sujeitos para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição.

Orlandi (2000) diz que em toda língua existe regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação empírica para a posição discursiva. O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já dito).

Segundo Orlandi (2000) as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É, pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras.

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. (ORLANDI, 2000, p.42).

Em Pêcheux, a Formação Discursiva está, pelo menos em seu início, intimamente relacionada com a noção de formação ideológica, decorrente da leitura que ele fez dos "Aparelhos Ideológicos do Estado" de L. Althusser, o que, por conseguinte, explica o seu estreito laço com o marxismo. Eles estabelecem uma relação entre discurso e ideologia. Se, por um lado, esses autores afirmam que é impossível identificar ideologia e discurso, por outro, entendem que:

“Se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a

partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico” (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p. 166-7).

Podemos notar que desde o princípio a noção de formação discursiva já trazia consigo a noção de ideologia na perspectiva althusseriana, como o assujeitamento ou interpelação do sujeito, como sujeito ideológico que a instancia ideológica contribui para a reprodução das relações sociais. É pela existência de aparelhos ideológicos de Estado que essa reprodução está materialmente assegurada, determinada pelas relações de classe.

Posições políticas e ideológicas que não se devem aos indivíduos, mas que se organizam em formações mantendo entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir, como uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social num dado momento: cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atividades e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relações às outras. (HAROCHE, 1971, p.102).

Segundo Haroche (1971), as formações ideológicas apresentam um caráter regional ou específico e abarcam posições de classes. O que permite que a partir de uma formação ideológica antagônica se possa falar de um mesmo objeto, fazendo-o de forma distinta, já que as palavras mudam de sentido em função da posição daqueles que as empregam. “As palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra”. Por exemplo, a palavra medo não significa o mesmo em um contexto político de esquerda e de direita. Ela vai significar para um sujeito que teme a esquerda, o medo da instabilidade, da inflação, do desconhecido; já com relação ao medo da direita ele pode significar a privatização e também poderá ser definido como uma possibilidade de retrocesso em alguns setores, especialmente na área social.

O sentido da palavra é determinado pelas posições ideológicas presente no contexto sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Segundo Orlandi (2000), as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas mudam de sentido dependendo das posições daqueles que as empregam. Elas ganham sentidos através dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Os sentidos não estão predeterminados, logo ele depende de relações constituídas pela formação discursiva, que são heterogêneas e estão sempre se resignificando.

Uma formação ideológica comporta mais de uma posição capaz de se confrontar uma com a outra. Numa formação ideológica, as forças não precisam estar necessariamente em confronto, elas podem estabelecer entre si uma relação de aliança ou de dominação.

Se em uma formação discursiva é o que, em uma dada formação ideológica e em uma conjuntura, determina “o que pode e deve ser dito” (o que equivale dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da formação ideológica na qual são produzidas), convém acrescentar que essa característica não é isolada das relações contraditórias que uma formação ideológica estabelece com outra formação discursiva.

Conforme Brandão (s/d.) é a formação discursiva que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, falar diferentemente falando a mesma língua. Isso leva a constatar que uma formação discursiva não é uma única linguagem para todos ou para cada um sua linguagem, mas que numa formação discursiva o que se tem é várias linguagens em uma única.

Analisar o discurso é descrever os “sistemas de dispersão” dos enunciados que o compõem através das suas “regras de formação”. Se eles apresentam um sistema de dispersão semelhante, podendo definir uma regularidade nas suas “formas de repartição”, pode-se dizer que eles pertencem a uma mesma formação discursiva. (BRANDÃO, s/d, p.41).

O discurso adquire sentido porque o que está sendo dito se inscreve em uma formação discursiva e não em outra. Dessa forma, podemos notar que as palavras não têm um único significado, fixo a elas, no entanto esse sentido vai mudar dependendo da formação discursiva em que se inscreve. As formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas. Portanto, os sentidos são definidos ideologicamente.

O interdiscurso possibilita dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido. O interdiscurso está para a constituição do sentido, são os enunciados já ditos e esquecidos, referentes à memória. Já o intradiscurso está para a formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas.

O interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção. É relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Pensando-se na relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica a condição na qual um acontecimento histórico é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória.

As palavras constituem o discurso e todo discurso está em relação com outros discursos, que estão guardados na memória. As palavras falam com outras palavras. Toda

palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória.

As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinados, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação à outra. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória. (ORLANDI, 2000, p. 44).

Em Análise do Discurso parte do princípio de que não é em uma palavra, em uma expressão, em um enunciado, mas sim no seu uso no interior de uma formação discursiva que o método do qual nos valeremos e segundo o qual a polissemia é constitutiva da linguagem se esclarece através da paráfrase, das relações que fazemos entre enunciados e outros enunciados daquela formação discursiva.

Conforme Orlandi (2000), os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

Essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mudança na rede de filiações dos sentidos, então, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam.

Nem os sujeitos, nem os sentidos, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, ocorrendo um movimento constante do simbólico e da história. Os sentidos e os sujeitos nem sempre podem ser outros, depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia.

Na Análise do Discurso, distingui-se o que é criatividade do que é a produtividade. A criação em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados. Regida pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz a variedade do mesmo. Já a criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na

sua relação com a história e com a língua. Interrompe assim sentidos diferentes. Para que ocorra criatividade, é necessário um trabalho que ponha em conflito o já produzido e o que se vai instituir.

Segundo Orlandi (2000), paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos, e os sujeitos, não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico.

Esse jogo entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre o simbólico e o político. Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia. (ORLANDI, 2000, p. 38).

Cada vez que dizemos uma palavra, ou que nos significamos em relação a essa história, esses sentidos retornam, mas, ao mesmo tempo, podem derivar para outros sítios de significação, produzindo novos sentidos, efeitos do jogo da língua inscrito na materialidade da história. Esses enunciados carregam consigo uma memória discursiva que enfatizam o medo seja para afirmar ou para negar esse medo. A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursiva regidas por aparelhos ideológicos.

Um acontecimento passado circula no presente trazendo consigo através de uma lembrança, um efeito de memória na atualidade de um acontecimento, no decurso da contradição nas formas do diálogo. Segundo Courtine (2006), toda formulação apresenta em seu “domínio associado” outras formulações que ela repete, refuta, transforma e denega. Por isso, a memória tem que estar sempre sendo ativada, para rememorar os acontecimentos que ocorreram ao longo da história, para que, dessa forma, produza no interior de um processo discursivo (efeitos de lembranças, de redefinição, de transformação, mas também efeito de esquecimento, de ruptura, de denegação do já dito).

Orlandi (2000) afirma que a memória traz consigo suas características quando relacionada ao discurso, que seria o interdiscurso e o intradiscurso. O primeiro refere-se ao já-dito, à memória discursiva, que afeta o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Já o segundo, diz respeito àquilo que estamos dizendo agora, formulando.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva. O saber discursivo que torna possível todo dizer e

que retorna sob a forma do preconstruído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. (ORLANDI, 2000, pg. 31).

Na produção dos efeitos de sentido sobre o medo nos discursos da direita e da esquerda, há um funcionamento constitutivo da memória, na medida em que no uso da palavra medo em determinado enunciado são mais ou menos resgatados os dizeres sobre cada um desses pólos do campo político e sobre como cada um deles suscitam medo nos eleitores adeptos da tendência política adversária.

Pêcheux olha para o acontecimento em uma curta duração. Ele desloca o enunciado de um campo para o outro e transporta esse acontecimento para outro campo. Dessa forma desloca discursivamente seu sentido para derivar para um outro sentido.

O acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consciência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado. “O acontecimento discursivo é, portanto, apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado. O acontecimento não é o fato como contado por um poder, nem por um historiador e nem se confunde com a notícia; ele se dá nesse entrecruzamento”.(SARGENTINI, 2009, p. 41).

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significados estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. PÊCHEUX, 2008, p.51).

O princípio de produção dos sentidos no interior de uma formação discursiva se coaduna de certo modo com a distinção que Bakhtin faz entre significação e tema, visto que enquanto a significação é o sentido estabilizado de uma palavra o tema é justamente o seu uso em dado contexto.

Podemos notar que as ideologias tanto de direita como de esquerda irão ser determinadas dependendo do grupo organizado, no qual o indivíduo pertença, e a todo o momento se (re) significando. Dessa forma, a distinção entre significação e tema é um caminho viável para se observar a diferença entre ideologias e para compreender os distintos sentidos do medo, em enunciados desse ou daquele discurso. De acordo com Bakhtin (2008), o signo representa a realidade significa segundo um ponto de vista valorativo, conforme um contexto situacional ou por uma determinada posição. Dessa forma, o signo é sempre ideológico, visto que, onde está presente um signo há também a ideologia, ou seja, o ideológico é um produto inteiramente social.

[...] o social não é abstrato nem genérico, mas uma construção historicamente especificada em relação às diferentes formas de produção material e, portanto, da organização cultural, e diversificada com relação à divisão do trabalho. (PONZIO, 2008, p. 110).

A ideologia é um sistema de concepções que está definido pelos interesses de um determinado grupo social, de uma classe e, que baseado em um sistema de valores, condiciona atitudes e comportamentos tanto dos sujeitos organizados em questão, como dos outros grupos sociais, quando se converte em ideologia dominante.

O termo “ideologia” se emprega no sentido de ideologia da classe dominante, interessada em manter a divisão em classes sociais e em ocultar as reais contradições que tentam transformar as relações sociais de produção (ideologia como falsa consciência, como mistificação, como pensamento distorcido etc.), mas também é usado no sentido amplo que o termo assume, sobretudo a partir de Lênin, e que permite aplicá-lo tanto a “ideologia burguesa” como a “ideologia proletária” e a “ideologia científica” (esta última resultaria numa contradição de termos se partindo da definição de ideologia em geral como falsa consciência). (PONZIO, 2008, p.115).

Entende-se ideologia como um conjunto de valores e de ideias que se formam através da interação verbal de diversos indivíduos integrantes em distintos grupos socialmente organizados na história concreta.

A ideologia deriva de um sistema de produção que está limitado pelos interesses de um grupo social ou de uma classe específica, que baseado em um sistema de valores condiciona atitudes e comportamentos tanto dos sujeitos pertencentes a um grupo fixo, como de outros grupos, que mudam de crença, de opinião ou de partido.

Para Bakhtin (2008), a significação é um dos problemas mais complexos da Linguística, o autor se preocupa em lidar com as questões de sentido de forma ampla, isto é, pensar não apenas os sentidos do signo, mas do signo ideológico; pensar o signo não apenas no domínio da língua, mas também no domínio do discurso e, portanto, da vida. O termo refere-se, de modo amplo, à capacidade de significar do signo.

Ela é uma etapa inferior da capacidade de significar como um potencial de construir sentido, própria dos signos linguísticos e das formas gramaticais da língua. É o sentido que esses elementos historicamente assumem, em decorrência de seus usos reiterados. É, portanto, um estágio mais estável dos signos e dos enunciados, já que seus elementos podem ser usados em distintas enunciações com as mesmas indicações de sentido.

Já o tema é indissociável da enunciação, pois, assim como esta, é a expressão de uma situação histórica concreta. Como decorrência, é único e irrepetível. Somente os elementos estáveis da significação integram a construção do tema. O sentido completo, unitário do signo verbal que se apresenta em um contexto comunicativo concreto, na interação social, que se realiza em um ato discursivo e em um diálogo implícito ou explícito.

Dessa forma, o instável e o inusitado de cada enunciação se somam à significação, dando origem ao tema, resultado final do processo de construção do sentido. O sistema de significação, entretanto, não se configura como fixo, o tema se incorpora à significação, de modo que o sistema é sempre flexível, mutável, renovável.

O tema da enunciação é na essência irredutível a análise. A significação da enunciação, ao contrário, pode ser analisada em um conjunto de significações ligadas aos elementos linguísticos que a compõem. (BAKHTIN, 1929, p. 129).

Assim, enquanto a significação é por natureza abstrata e tende à permanência e à estabilidade, o tema é concreto e histórico, recria e renova constantemente o sistema de significação. Se a significação está para o signo, então o tema está para o signo ideológico.

Segundo Bakhtin (2008), se levarmos em conta a natureza dialógica da palavra, é possível dizer que ela é indissociável do discurso. Porém, palavra também é história, ideologia, é luta social, já que ela é a síntese das práticas discursivas historicamente construídas.

Na produção dos efeitos de sentido sobre o medo nos discursos da direita e da esquerda, há um funcionamento constitutivo da memória, na medida em que no uso da palavra medo em determinado enunciado são mais ou menos resgatados os dizeres sobre cada um desses pólos do campo político e sobre como cada um deles suscita medo nos eleitores adeptos da tendência política adversária.

São os ecos da memória ouvidos no presente que produzem os efeitos de medo do PT e de Lula. Partido e candidato são temidos visto que suas ideias se basearam na ideologia de Marx para fundar a *Carta de Princípios*, o *Manifesto de Lançamento* e o *Programa do PT*, que por sua vez enfatizavam que o partido manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo. Podemos ver que, por toda essa filiação, a esquerda é temida não só no Brasil, mas em todo o mundo.

3.2. OS SENTIDOS DO MEDO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (de 1989 a 2006)

A polissemia, que é uma condição constitutiva da linguagem, consiste basicamente na ambiguidade de uma palavra, de uma expressão ou de um enunciado que se esclarece na medida em que seu sentido é relativamente fixado mediante as relações parafrásticas que essa palavra, essa expressão ou esse enunciado estabelece com seus pares no interior de uma formação discursiva.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer se mantém, isto é, o dizível, a memória. A parafrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A

paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2000, pg. 36).

Para realizarmos as análises, procederemos do seguinte modo: primeiramente mencionaremos alguns aspectos do contexto histórico de cada uma das eleições; na sequência, listaremos os enunciados nos quais o lexema “medo” apresenta-se de modo explícito nos pronunciamentos de cada um dos candidatos; em seguida, montaremos a cadeia parafrástica do discurso no interior da qual a palavra “medo” e os enunciados em que ela aparece produzem seus sentidos; e, por último, realizaremos a interpretação discursiva propriamente dita de seus efeitos de sentido.

Sentidos do medo nas eleições presidenciais de 1989

Após 29 anos sem eleição direta para presidente da República, os brasileiros iriam votar para escolher seu futuro representante para a nação. Apresentaram-se 24 candidatos de diferentes partidos, entre eles Fernando Collor de Mello (PRN), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ulisses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Roberto Freire (PCB) e Paulo Maluf (PDS).

Collor ficou conhecido, durante a campanha, como o “caçador de marajás”, pelas propostas de reforma administrativa que previam a demissão de funcionários públicos com atos salários. O ex-governador do estado de Alagoas defendia a necessidade de moralizar o país e conter a inflação. Propunha também a abertura da economia ao capital internacional e o apoio às empresas brasileiras para se tornarem mais eficientes e competitivas diante da concorrência.

Contrapondo-se ao candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), o ex-metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva apresentava-se como o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). Para enfrentar a crise econômica, Lula propunha a implementação de um Estado forte, cujo papel seria decisivo para o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

As eleições ocorreram em dois turnos, e mobilizou todo o país, tomado por atos públicos grandiosos. O primeiro turno das primeiras eleições presidências pós-Ditadura foi realizado em 15 de novembro e teve como vencedores: Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio da Silva. Em 17 de dezembro de 1989, os eleitores voltaram às urnas para o segundo turno. Collor venceu com 42, 75% dos votos contra 37, 86% de Lula.

A primeira atitude do novo presidente eleito do Brasil foi uma ampla reforma econômica, financeira e administrativa, que previa a demissão de funcionários públicos com altos salários. Prometendo conduzir o país para a “modernidade”, o presidente personificava o projeto de modernização que pretendia implementar em seu governo: a mídia mostrou-o pilotando aviões de caça e jet-skis, ou fazendo exercícios físicos. Um dos maiores objetivos do Plano Collor era o controle da inflação. Para isso o governo confiscou os depósitos nas contas correntes, nas cadernetas de poupança e demais aplicações financeiras.

Em 1991, o plano econômico de Collor começou a apresentar dificuldades para sua execução, uma vez que não conseguiu acabar com a inflação nem promover o crescimento econômico do país. Foi nesse contexto que começaram a circular notícias sobre o envolvimento de ministros, altos funcionários do governo e da própria primeira - dama, Rosane Collor, em negociações ilegais.

Em pouco tempo, as denúncias formuladas pelo próprio irmão do presidente Pedro Collor levaram a Câmara dos Deputados a votar pelo afastamento de Collor, em setembro de 1992, até que o Senado julgasse um pedido de *impeachment*. Manifestações populares eram organizadas em várias cidades do Brasil, exigindo a saída do presidente da República e a apuração das irregularidades cometidas pelo governo.

Três meses depois, em 29 de dezembro, antes do início dos trabalhos no Senado, o advogado de Collor apresentou uma carta-renúncia, tentando garantir os direitos públicos. Porém foi uma tentativa inútil, pois o Senado aprovou a continuidade do julgamento, condenou o presidente por crime de responsabilidade e cassou seus direitos políticos por oito anos. O vice, Itamar Franco, completou o mandato. Uma vez realizada essa breve contextualização do cenário eleitoral do pleito presidencial de 1989, passaremos a seguir às análises dos enunciados dos pronunciamentos de Fernando Collor, num primeiro momento, e na sequência às análises dos enunciados dos pronunciamentos de Lula.

Os enunciados de Collor

*Deus me privou do sentimento de **medo**. O ex-presidente JK quando foi pressionado pelos militares para abandonar a sua candidatura, fez um discurso que começava exatamente assim. Eu posso repetir as palavras de JK.*

*Deus me privou do sentimento de **medo**, enfrentei e venci os marajás. Enfrentei a maior perseguição que um governador sofreu por parte de um presidente da república (...).*

*Sarney está querendo dar um golpe na democracia e desmoralizar as eleições, porque está com **medo** do Collor. Porque Collor é o único que tem a experiência de ter governado um estado pobre que nem Alagoas e mesmo sem recursos do governo federal, tem feito uma boa administração. Sarney está com **medo** de Collor. Porque Collor é o único que tem coragem para colocar os corruptos na cadeia. Seu voto é sua arma contra Sarney e contra tudo isso que aí está. Vote Collor, vote certo.*

*Me responda senhor José Sarney, por que o senhor tem receio da mudança no Brasil? O senhor está com **medo** do que? O senhor está com **medo** de perder os seus privilégios, mordomias talvez. Ou está com **medo** de ter o seu governo investigado, devastado? É, o senhor tem razão de ter **medo**, porque eu vou mesmo levantar a sujeira do seu governo, e por os corruptos na cadeia.*

Cadeia parafrástica possível:

Deus me privou do sentimento de **medo**.

Sarney está com **medo** de/do Collor.

(...) **medo** de perder seus privilégios.

(...) **medo** de ter seu governo investigado, devastado.

Os efeitos de sentido produzidos no interior do discurso populista e de direita de Collor são os de que o enunciador-candidato i) sabe que há privilégios e irregularidades naquele que era então o atual governo de José Sarney (o governo da situação, em relação ao qual Collor se contrapõe, apresentando-se como oposição), ii) está dotado de vontade de extirpá-los, iii) possui credibilidade para fazê-lo, uma vez que já o teria feito durante seu governo no Estado de Alagoas, e iv) não deixará de fazê-lo, se obtiver a legitimidade de que precisa sob a forma da maioria dos votos, por não temer enfrentar os poderosos... Produz-se ainda o efeito de que o medo, que não afeta Collor, deve sim ser sentido por esses poderosos, encarnados na pessoa do então presidente da República, José Sarney, que terão suas regalias erradicadas e seus atos políticos ilícitos, investigados, descobertos e punidos. Lembramo-nos ainda muito bem de que Collor, sua equipe, seus partidários e boa parte da mídia produziram e difundiram a ideia segundo a qual o candidato era um “caçador de marajás”... A identificação com esses efeitos e a adesão a eles poderiam ter sido naquela ocasião problematizada e até refutadas pelos eleitores, visto que a real condição sócio-econômica do

candidato fazia dele um integrante da elite preta de privilégios que ele anunciava “caçar”. Sabemos que não foi isso o que ocorreu. Por vários fatores, entre a condição real do candidato e a imagem que ele e seu *entourage* produziram, a maioria do eleitorado optou pela segunda, em detrimento da primeira, assentindo à ideia de que Collor teria coragem para enfrentar e sanar os problemas da sociedade brasileira.

Collor 1989

...mas o PT ameaça espalhar uma onda de greves políticas por todo o país no ano que vem, mas não se preocupem eles não vão dominar o Brasil, minha gente, para instalar aqui a desorganização, o terror, a loucura e o fanatismo. Porque você não vai deixar, porque nós juntos não vamos deixar. Você já sabe quem é a favor dos conflitos, da violência e da irresponsabilidade, são eles. E sabe também quem está do lado do entendimento, da tranquilidade e da paz, somos nós.

*No dia 17 você vai marcar o nome Collor na cédula e por fim ao **medo** e ao terrorismo, dos que se alimentam da greve do trabalhador injustiçado, você vai sim marcar um X no nome Collor e inaugurar um novo tipo de desenvolvimento, de alegria e de felicidade neste país. Confie em mim, eu não vou deixar que eles incendeiem o Brasil. Vamos para frente minha gente, para a grande vitória do dia 17.*

Cadeia parafrástica possível:

No dia 17 você vai marcar no nome Collor na cédula e por fim ao **medo** (...).

(...) o PT ameaça espalhar uma onda de greves políticas por todo o país no ano que vem(...).

(...) [o PT pretende] instalar aqui a desorganização, o terror, a loucura e o fanatismo.

Você já sabe quem é a favor dos conflitos, da violência e da irresponsabilidade, são eles. E sabe também quem está do lado do entendimento, da tranquilidade e da paz, somos nós.

De que medo se trata aqui? Em seu discurso, o enunciador fala do medo que supostamente o eleitor sentiria diante a “ameaça” representada pela possibilidade de o PT eleger seu candidato à presidência da República. Tudo se passa como se tratasse de um medo já sentido e não de um sentimento que se pretendia criar com o próprio discurso de Collor. Um dos efeitos produzidos aqui é a suposição e/ou a instalação do medo no eleitorado que teme ou deveria temer a desordem e a violência que seriam provocadas pelo PT. Se Lula

vencesse se espalharia “uma onda de greves por todo o país”, se instalariam “aqui a desorganização, o terror, a loucura e o fanatismo”, uma vez que o PT seria “a favor dos conflitos, da violência e da irresponsabilidade”. Se eles, Lula e o PT, ou seja, os adversários políticos devem ser temidos por tudo isso, Collor deve ser eleito, uma vez que juntamente com os eleitores brasileiros, a partir do emprego da “forma inclusiva” do “nós”, essa que Benveniste (1995, p. 255-257) nos ensinou que congrega o eu ao vós, ele “está do lado do entendimento, da tranquilidade e da paz”.

Os enunciados de Lula 1989

*Por que essa classe dominante tem **medo**?*

*Ela tem medo exatamente porque nós estamos provando que somos capazes de administrar esse país de forma diferente do que foi administrado até hoje, nós estamos provando que não existe mais necessidade das propinas, das concorrências públicas, nós estamos demonstrando que não existe mais a necessidade de pagar os 10% às empreiteiras que fazem as obras, e é exatamente por isso que a classe dominante começa a ter **medo**, é porque ela sabe que no dia 15 de novembro a frente Brasil popular, composta pelo PT, PSB e PC do B vai ganhar as eleições nesse país.*

*“A classe média tem **medo** de mim”.*

*Pra gente criar essa sociedade em que todos têm o direito de comer, de morar, de estudar, de ter acesso aos bens que todo ser humano tem direito de ter., eles terão que abrir mão dos privilégios daqueles que durante trinta anos não fizeram outra coisa a não ser guardar dinheiro, a não ser engordar sua conta bancária, a não ser investir no ouro, a não ser investir no dólar, a não ser mandar dinheiro para a Suíça. Eles têm **medo** porque sabem que nós vamos construir essa sociedade justa.*

*Mas ainda assim existem algumas pessoas que teimam em ter **medo** dizendo que a nossa política de distribuição de renda vai empobrecer ainda mais a já empobrecida classe média brasileira. O que é ser classe média no Brasil de hoje é lógico que nós não queremos distribuir renda mexendo na classe média, nós queremos distribuir renda é mexendo com os bilionários.*

*Olha o Collor sabe e se não sabe estou dando esse recado para ele. É de que o novo na política brasileira não é o discurso mentiroso, porque isso eles fazem a quase 500 anos, o novo na política brasileira é o que causa **medo** pra ele, é a possibilidade do povo pobre desse país através de um torneio mecânico chegar à Presidência da República pelo voto livre e direto.*

*Nós temos que ser os mais honestos e verdadeiros possíveis. Somente nós seremos capazes de construir uma nova pátria, uma pátria livre, uma pátria soberana, uma pátria respeitada no mundo inteiro. Somente nós é que seremos capazes com o nosso voto, de conquistarmos a libertação do nosso povo. Dia 17 não tenham **medo** de ser feliz.*

Cadeia parafrástica possível:

Por que essa classe dominante tem **medo**?

.“A classe média tem **medo** de mim”.

Eles têm **medo** porque sabem que nós vamos construir essa sociedade justa.

(...) **medo** dizendo que a nossa política de distribuição de renda (...).

(...) o novo na política brasileira é o que causa **medo** pra ele (...).

Dia 17 não tenham **medo** de ser feliz.

Mas ainda assim existem algumas pessoas que teimam em ter **medo**

Quem seria essa classe dominante que Lula tanto diz que teme sua possível vitória? Podemos dizer pelo contexto histórico que se trata dos banqueiros, dos bilionários, dos empreiteiros que tem conta na Suíça, que não se importa com a população, com a desigualdade, Lula diz que é temido pelos dominantes porque ele quer construir uma sociedade justa. Isso significa que a classe dominante quer uma sociedade injusta? Essa classe dominante teme a distribuição de renda, a reforma agrária e programas sociais. Teme a igualdade de direito, teme que a população tenha acesso a cultura, a informação, a educação e ao lazer. Lula acredita em uma sociedade justa e igualitária e nós chama para juntos construirmos uma nova pátria e que para isso temos que acreditar em um futuro para todos, sermos honestos e corajosos sem medo de usarmos nosso voto. O que seria esse “medo” que a classe dominante sente? Seria porque se Lula ganhasse as eleições eles perderiam seus poderes e seus esquemas milionários com o dinheiro público.

Sentidos do medo nas eleições presidenciais de 1994

O governo Itamar deu continuidade ao programa de privatizações iniciado por Fernando Collor. Além disso, o governo enfrentou graves problemas para combater a inflação. Vários ministros sucederam-se no Ministério da Fazenda até a nomeação do sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Em 1993, Fernando Henrique Cardoso anunciou seu projeto de estabilização econômica: o Plano Real. Dando origem a uma nova moeda no Brasil, o real, e junto à promessa de acabar com a inflação.

A implementação do Plano Real possibilitou a valorização da moeda e a estabilização econômica. Por tudo isso, a popularidade de Itamar Franco atingiu níveis elevados. E, junto, cresceu o prestígio de seu ministro da Fazenda.

O sucesso do Plano Real favoreceu o lançamento da candidatura de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência do país, apoiado pela aliança entre o PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) e o PFL (Partido da Frente Liberal). Para vice-presidente foi escolhido o senador Marco Maciel (PFL). A vitória de Fernando Henrique, no primeiro turno, contra o candidato do PT (Partido dos Trabalhadores), Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrou, entre outros fatores, o sucesso do Plano Real na sociedade brasileira da época.

Os efeitos positivos do Plano Real influenciaram na escolha do novo Presidente da República. Novamente vários candidatos. Novamente o destaque para dois: Lula (que continuou sua luta pelas melhorias sociais) e Fernando Henrique Cardoso. Novamente a vitória do candidato de centro-direita (devido à aliança PSDB-PFL).

Fernando Henrique tomou posse em 1 de janeiro de 1995, o novo presidente procurou manter a estabilidade monetária, a queda da inflação e restaurar a confiança dos investidores estrangeiros no país por meio de uma série de reformas constitucionais.

As maiores batalhas enfrentadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso foram travadas no campo. Ocorreram diversos combates envolvendo integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e forças policiais. Esses episódios chocaram a comunidade nacional e internacional e mostraram a deficiência da questão agrária no Brasil.

Os enunciados de Fernando Henrique 1994

Na eleição de 1994, não ocorreu o uso da palavra “medo” proferida pelo próprio candidato a eleição Fernando Henrique Cardoso, porém durante sua campanha na televisão houve a ocorrência de um enunciado e dois jingles, que se encontram no anexo.

Os enunciados de Lula 1994

*Dois anos atrás num 7 de setembro exatamente como esse o povo brasileiro foi à rua, de luto forçado a vestir o **medo** para recuperar o verde e amarelo, para derrubar a farsa e a corrupção de Collor. Nesse 7 de setembro dia da pátria e da dignidade o povo protesta de novo contra a farsa, porque de novo estão usando a corrupção e o engano para tentar eleger o candidato Fernando Henrique.*

*Todas as vezes que uma nação deseja melhorar o seu destino, precisa encontrar o líder que espanta o **medo**, rompe com o passado e caminha junto com o povo, lutando e construindo.*

Cadeia parafrástica possível:

Dois anos atrás num 7 de setembro exatamente como esse o povo brasileiro foi à rua, de luto forçado a vestir o **medo** para recuperar o verde e amarelo, para derrubar a farsa e a corrupção de Collor (...).

Todas as vezes que uma nação deseja melhorar o seu destino, precisa encontrar o líder que espanta o medo (...).

Esse sentimento de “medo” presente nos dois enunciados de Lula retoma a eleição de 1989, na qual o então presidente Collor sofreu o impeachment e ocorreram diversas manifestações populares exigindo a saída de Collor da Presidência da República, por esse motivo Lula se refere ao medo que a população teve que enfrentar para poder protestar contra a corrupção e as irregularidades do governo Collor. Mas ao mesmo tempo esse sentimento trás outro contrário ao medo que é a coragem que todos tiveram, para buscar seus direitos nessa manifestação. Lula aproveita dessa coragem do povo para lhes mostrar que é preciso mudar, buscar um novo caminho. O então candidato utiliza do passado para convocar a população para acreditar em suas propostas e lutar por um futuro melhor, sem corrupção e sem medo de ser feliz. Para que dessa forma, possam recuperar a dignidade perdida por acreditarem em Collor, e que mais uma vez o seu oponente está tentando enganar a população

com mentiras e corrupção. E que é preciso ter um líder que não tema o futuro e seus oponentes políticos para lutar a favor de uma sociedade justa.

Sentidos do medo nas eleições presidenciais de 1998

Fernando Henrique consegue aprovar a lei que permite a reeleição para cargos executivos. Essa lei beneficiou o próprio presidente, que em 1998 se reelege, para o segundo mandato no primeiro turno da eleição. Obtendo 53% dos votos válidos, derrotando novamente o candidato Lula (31%), que ficou em segundo lugar.

Mesmo vitorioso era grande a rejeição ao presidente Fernando Henrique. No final do primeiro mandato as pesquisas apontavam que no governo de FHC o Brasil apresentou a menor taxa de crescimento e a maior taxa de desemprego da história do país. Todos os setores da economia foram afetados pela recessão. Apesar disso, existiram alguns avanços significativos durante o governo FHC, principalmente na área da saúde, como a distribuição gratuita de medicamentos contra AIDS.

Em 1999, uma grave crise econômica atingiu o país, causou apreensão na população e fez com que o governo não conseguisse manter a igualdade monetária entre o dólar e o real. O que levou o governo a recorrer a uma nova ajuda financeira do FMI e foi incentivado a adotar uma medida de controle sobre os gastos públicos.

Com o desgaste da economia brasileira, outros setores foram afetados. Uma forte crise de energia colocou em dúvida os projetos de privatização do governo. O acontecimento ficou conhecido como apagão.

Apesar da crise econômica e da crescente dívida externa, o Brasil manteve-se entre as 10 economias do mundo. No entanto o desenvolvimento social continuava em segundo plano e sem avanços.

Os enunciados de Fernando Henrique 1998

*Eu acho que quando a gente tem experiência e é mais maduro e tem humildade para ver o que errou, tem que dizer “errei”. Olha as reformas nós não andamos o suficiente com elas, poderíamos ter explicado melhor ao país, nós não explicamos, muita gente ficou com **medo** das reformas, sobretudo da previdência, nós não explicamos direito. Eu me arrependo de não ter falado mais ao povo.*

*...mas ao longo desse caminho surgiram sempre aqui, ali vozes que nos aconselham ao retorno, a nos propor atalhos que nos pareçam mais fáceis. Mas não foi esse o caminho das grandes nações, que não foram feitas em dias, mas sim em décadas, que não foram feitas com facilidade, mas sim com lutas, que não foram feitas com vacilação, mas com firmeza, que não foram feitas com **medo**, mas sim com confiança.*

*O povo não quer ouvir mentiras e nem ataques pessoais, o povo quer ouvir propostas. No dia 3 de outubro eu convoco todo o povo brasileiro a defender a continuidade do plano real. A votar em ideias e não em ofensas, na união e não no radicalismo, a votar sem **medo** e sem raiva, a votar em favor do Brasil.*

Cadeia parafrástica possível:

(...) muita gente ficou com **medo** das reformas, sobretudo da previdência, nós não explicamos direito.

(...) mas com firmeza, que não foram feitas com **medo**, mas sim com confiança.

A votar em ideias e não em ofensas, na união e não no radicalismo, a votar sem **medo** e sem raiva, a votar em favor do Brasil.

O medo presente nos enunciados que Fernando Henrique diz se refere à população, com relação ao futuro da economia, já que o Plano Real era algo ainda desconhecido, mas que exige que se tenha firmeza e perseverança para se construir uma economia forte e que para que isso ocorra, é necessário tempo e confiança. E que a população precisa de alguém preparado e com ideias. Visto que o seu oponente é considerado uma pessoa despreparada e radicalista. A população teme a volta da inflação, teme que o Plano Real não dê conta de segurar a economia. Um sentimento que trás a incerteza do futuro, a desconfiança do novo, de algo que não se sabe o que pode gerar para o Brasil, famílias que temem por seus filhos, por não ter segurança e nem mesmo esperança de dias melhores.

Os enunciados de Lula 1998

É muito ruim perder uma copa do mundo, a gente chora, lamenta, fica com a nossa auto estima ferida, mas uma semana depois a luta continua. Você percebe que agora estamos vivendo uma crise na economia e os homens da área econômica mais o presidente estão

*agindo como se fossem os técnicos da seleção. Estão com **medo**, estão com **medo** do quê? Dos agiotas internacionais e dos banqueiros internacionais?*

*Nesse momento de crise você não deve ter **medo**, nem ficar desesperado, você precisa respeitar efetivamente a sua vontade de lutar, levantar a cabeça e vir comigo nessa luta.*

Cadeia parafrástica possível:

Estão com **medo**, estão com **medo** do quê?

Nesse momento de crise você não deve ter **medo**, nem ficar desesperado, você precisa respeitar efetivamente a sua vontade de lutar, levantar a cabeça e vir comigo nessa luta.

Lula diz que esse sentimento que o governo de Fernando Henrique está sentindo se deve ao fato das dívidas do governo, por causa de uma crise financeira que o Brasil estava passando e por falta dos investimentos na área social, o governo está com medo de perder as eleições e de não conseguir pagar as dívidas, visto que o governo teme os agiotas e os banqueiros. Esse sentimento de medo que trás consigo, a angústia, a incerteza e a perda da credibilidade, por esse motivo Lula convoca a população para enfrentar esse momento de crise e vencer a insegurança e o medo para lutar junto com ele.

Sentidos do medo nas eleições presidenciais de 2002

Na campanha eleitoral de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva disputou a Presidência pela quarta vez. O PT tinha como maior adversário o candidato José Serra, filiado do PSDB, partido do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

O candidato do PT representava uma alternativa para uma classe média desiludida com a atual economia do país. Para as camadas mais pobres da população, Lula era uma figura com enorme carisma. Lula foi eleito, no segundo turno, com cerca de 53 milhões de votos.

Depois de vencer a eleição de 2002, o novo presidente encontrou o país numa situação não muito favorável. As expectativas do mercado e dos investidores com relação ao resultado das eleições presidenciais agravaram a situação da economia brasileira. O governo herdou uma enorme dívida pública, a moeda desvalorizada e a inflação dando sinais de que

voltaria em breve. Durante seu primeiro mandato, Lula conseguiu equilibrar a situação econômica do Brasil e criou diversos programas sociais.

Os enunciados de Lula 2002

*É inaceitável, portanto, a tática usada pelo candidato do governo que tenta nessa última semana antes das eleições e de forma absolutamente irresponsável **amedrontar** o povo brasileiro falando inclusive dos riscos da crise para a nossa economia como se a culpa por essa crise não fosse deles, afirmando ainda insistentemente que ele e só ele sabe como resolver esse grave problema. O meu governo será um governo de paz, sem mágoa e sem rancores. E terá como marca registrada o entendimento e a negociação.*

*A esperança venceu o **medo**, e que o Brasil está mudando como país e, mais importante, a esperança venceu o medo e hoje eu posso dizer para vocês que o Brasil mudou sem **medo** de ser feliz.*

Cadeia parafrástica possível:

É inaceitável, portanto, a tática usada pelo candidato do governo que tenta nessa última semana antes das eleições e de forma absolutamente irresponsável **amedrontar** o povo brasileiro falando inclusive dos riscos da crise para a nossa economia como se a culpa por essa crise não fosse deles, afirmando ainda insistentemente que ele e só ele sabe como resolver esse grave problema (...).

“A esperança venceu o **medo**”.

(...) o Brasil mudou sem **medo** de ser feliz.

Lula se mostra indignado com a acusação feita pelo seu oponente de que ele pudesse ser uma possível ameaça ao Brasil, a economia, e como se ele fosse uma pessoa despreparada para resolver a crise econômica, visto que Lula não tinha experiência administrativa para comandar o Brasil. Lula era visto como uma pessoa temida pelo seu passado de lideranças em greves e manifestações, por isso ele diz que seu governo será diferente. Podemos notar que a situação usa do passado de sindicalista de Lula para reviver o medo na população, fazendo do candidato de esquerda uma ameaça a economia. Por esse motivo quando Lula ganha à eleição ele utiliza de seu antigo jingle “Sem medo de ser feliz”, para mostrar que a população enfrentou o medo e votou nele sem medo do que o futuro

incerto poderia trazer e apostou em um futuro diferente, já que o novo pode trazer medo, incerteza, mas também pode trazer a esperança de algo novo e promissor. Novamente o sentimento de medo presente nos enunciados de luta trás outro sentimento a coragem que o povo tem que ter para enfrentar o medo e lutar com esperança, sem se deixar amedrontar pelo passado de Lula.

Os enunciados de Serra 2002

*O Brasil precisa de mudança, mas tem que mudar com emprego e segurança, mudança se faz com determinação e coragem, sem radicalismo, e sem **medo**. A mudança se faz com democracia unindo e não dividindo os brasileiros por partidos, classes, religiões ou regiões. A mudança é um dia de trabalho e uma noite de sono com segurança. A mudança é um caminho claro, a mudança é azul.*

*O Lula está fugindo de todos os debates contra o Serra, ele só aceitou o da Globo porque pela regra o Serra não vai poder fazer perguntas pra ele. O Lula está com **medo** de que? Se ele quer ser presidente não pode ter **medo** de nada.*

Cadeia parafrástica possível:

O Brasil precisa de mudança, mas tem que mudar com emprego e segurança, mudança se faz com determinação e coragem, sem radicalismo, e sem **medo**.

O Lula está com **medo** de que? Se ele quer ser presidente não pode ter **medo** de nada.

Esse medo que o Serra diz que Lula tem é do que? Medo de governar um país? Medo de não estar preparado? Podemos entender que Serra quer que o povo acredite nisso, já que ele diz que o Brasil precisa de mudança, mas que essa mudança tem que ser feita por uma pessoa corajosa, sem radicalismo e sem medo de enfrentar os problemas. E que o Brasil precisa se unir e não se dividir. Serra estava em um cenário favorável, já que estava se candidatando no lugar de Fernando Henrique e por já ter experiência política se diz mais preparado do que Lula. No entanto Lula representava uma ameaça a Serra, por representar uma alternativa para a classe média que estava desacreditada com a economia do país e com a falta de investimento na área social. Pode-se dizer que esse medo que Serra diz que Lula sente

se reflete como uma ameaça ao próprio Serra, que não tinha o carisma que Lula tinha com a classe média.

Sentidos do medo nas eleições presidenciais de 2006

Diante desse panorama, foram realizadas as eleições presidenciais de 2006, em que Lula derrotou Geraldo Alckmin no segundo turno com mais de 60% dos votos válidos.

Em seu segundo mandato, Lula prosseguiu com a criação de programas sociais e optou por manter a política econômica de estabilidade adotada durante os primeiros anos na Presidência.

No final de 2008, uma crise que se iniciou na economia americana com desdobramentos globais trouxe para o Brasil e para os outros países a ameaça de um cenário de desemprego e de recessão que seria segundo alguns analistas, o pior desde a crise de 1929. O governo brasileiro, para tentar contornar essa situação, lançou alguns projetos para ampliar o crédito, o consumo e impulsionar o mercado interno.

Os enunciados de Lula 2006

*Minhas amigas e meus amigos, hoje é o último dia do horário eleitoral, olhando essa campanha de trás pra diante fica bem claro que o segundo turno foi a melhor coisa que podia ter ocorrido, com ele o debate foi mais amplo e a reflexão mais profunda. O mais importante de tudo é que o país não se partiu em dois, como muita gente **temia**.*

Cadeia parafrástica possível:

Lula se diz tranqüilo para enfrentar o segundo turno, já que está em um momento muito positivo para sua campanha, visto que no seu primeiro mandato ele conseguiu controlar a economia do país e investiu amplamente em programas sociais, e como a oposição temia o Brasil não se dividiu entre pobres e ricos, como se supunha desde 1989 quando Lula concorreu pela primeira vez à presidência.

Os enunciados de Geraldo Alckmin 2006

*“O jovem não pode ter **medo** do futuro”*

Cadeia parafrástica possível:

Para Geraldo Alckmin é necessário investir em educação para que o jovem possa ter melhores oportunidades na hora de procurar emprego, e para isso ele garante que vai continuar investindo em programas sociais e na ampliação de cursos técnicos para que o jovem não fique dependente dos programas sociais. Mas que ele tenha chance de crescer profissionalmente e sonhar com um futuro mais digno, sem medo e justo para todos. Numa sociedade, na qual ele possa fazer a diferença.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como ponto de partida mostrar como a palavra “medo” se inscrevia no discurso político brasileiro contemporâneo. E quais eram os efeitos de sentido e objetivo de se usar essa palavra.

Procuramos demonstrar em um primeiro momento quais efeitos o medo causa no corpo e na mente, para depois mostrarmos como ele perpassa pelo homem, não só no contexto histórico, como ele também se desloca para o contexto político. E quais efeitos esse sentimento trás para a vida das pessoas.

A partir desses conceitos, fizemos um embasamento histórico do medo da esquerda e da direita, no Brasil e no Mundo. Para finalmente, fazermos as análises dos enunciados extraídos dos HGPEs dos principais candidatos a presidência.

Conclui-se com esse percurso histórico que o medo está presente na vida do homem, e que essa palavra também está inscrita nos enunciados políticos, num jogo bastante esquemático, no campo político, o enunciador apresenta-se como única opção legítima, justa, viável e promissora, em detrimento de seus concorrentes, que representam a insegurança de um futuro incerto ou de um amanhã conhecido, mas igualmente indesejado. Produzindo diferentes sentidos, conforme sua inscrição numa ou noutra formação discursiva.

O estudo linguístico do discurso político é relevante para a compreensão da prática da política do medo. Por isso, investigar como essa política do medo se insere nos discursos políticos é importante para compreender a história funcionando como constituição da materialidade discursiva. Trabalhando como a língua se inscreve na história. É também um trabalho que pode contribuir para a melhoria da prática de leitura e interpretação dos discursos políticos e, dessa maneira, dotar o eleitor de uma visão mais crítica e consciente do que irá fazer com seu voto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt, 1925-Medo líquido/ Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2008.
- BENVENISTE, Emile. “Estrutura das relações de pessoa no verbo”. In: *Problemas de linguística geral*. vol. I. 4ª. ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1995, p. 247-259.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução Francesa da historiografia/ Peter Burke; tradução Nilo Odalia*.- São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia/ Peter Burke; tradução Nilo Odalia*. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. "Sobre BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso / Helena H. o medo". In: *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 35-75.
- COURTINE, Jean-Jacques. [1981] *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública/ Jean-Jacques Courtine; tradutores Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho*. – São Carlos: Clara luz, 2006.
- DELUMEAU, Jean, 1923 - História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada/ Jean Delumeau; tradução Maria Lucia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- EISENBERG, J.... . O Político do Medo e o Medo da Política. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 64, p. 49-60, 2005.
- FAUSTO, Boris, 1930-História Concisa da Brasil/ Boris Fausto. – 2. ed., 3. reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- FIORIN, José Luiz.. *Semiótica e política*. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. (Org.). *A fabricação dos sentidos: estudos em homenagem a Izidoro Blikstein*. 1 ed. São Paulo: Humanitas, 2008, v., p. 551-578.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Construção da análise do discurso: diálogos e duelos/ Maria do Rosário Gregolin* – São Carlos: Clara Luz, 2004.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul.; PÊCHEUX, Michel. [1971] “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”. In: BARONAS, R. L.. (Org.) *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

MACHIAVEL, Nicolò, 1469-1527. O príncipe: [tradução Pietro Nasseti]. – São Paulo: Martin Claret, 2007. - (Coleção a obra-prima de cada autor. 2).

MALDIDIER, Denise. “A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux”. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Org.) *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 39-62.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: Fernanda Mussalim; Anna Christina Bentes. (Org.). Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2001, v. 2, p. 101-142.

NAGAMINE, Brandão – 2 reimpressão da 7 edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In.: _____. (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 67-92.

NOVAES, Adauto. Ensaio sobre o medo. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc SP, 2007.

NOVO, Aurélio, 3 ed. Editora Nova Fronteira, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos/ Eni P. Orlandi – Campinas, SP: Pontes, 2000.*

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli . Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos (1a. edição: 2001, Ed. Pontes). 3. ed. Campinas: Pontes, 2008. v. 1. 218 p.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. "A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas". In: GADET, Françoise; Hak, Tony. (Org.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. “Língua, linguagens, discurso”. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Org.) *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 63-75.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento? (1983) Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PIOVEZANI, Carlos. Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político/Carlos Piovezani. – São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SARGENTINI, Vanice. Arquivo e acontecimento: a construção do corpus discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, Pedro. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 35-44.

SINGER, André. O PT / André Singer. – São Paulo: Publifolha, 2001. – (Folha explica).

ANEXOS

1. Lula 1989

Porque que essa classe dominante tem *medo*?

Ela tem **medo** exatamente porque nós estamos provando que somos capazes de administrar esse país de forma diferente do que foi administrado até hoje, nos estamos provando que não existe mais necessidade das propinas das concorrências publicas nos estamos demonstrando que não existe mais a necessidade de pagar os 10% as empreiteiras que fazem as obras, e é exatamente por isso que a classe dominante começa a ter *medo*, é porque ela sabe que no dia 15 de novembro a frente Brasil popular, composta pelo PT, PSB e PC do B vai ganhar as eleições nesse país.

2. Lula 1989

Pra gente criar essa sociedade em que todos têm o direito de comer, de morar, de estudar, de ter acesso aos bens que todo ser humano tem direito de ter. Eles terão que abrir mão dos privilégios daqueles que durante trinta anos não fizeram outra coisa a não ser guardar dinheiro, a não ser engordar sua conta bancária, a não ser investir no ouro, a não ser investir no dólar, a não ser mandar dinheiro para a Suíça. Eles têm *medo* porque sabem que nós vamos construir essa sociedade justa.

3. Lula 1989

Mais ainda assim existem algumas pessoas que teimam em ter *medo* dizendo que a nossa política de distribuição de renda vai empobrecer ainda mais a já empobrecida classe média brasileira. O que é ser classe média no Brasil de hoje é lógico que nós não queremos distribuir renda mexendo na classe média nós queremos distribuir renda é mexendo com os bilionários.

4. Depoimento do ator Paulo Betti (Lula 1989 DVD III 2 turno)

Eu não gostaria que ninguém tentasse enganar meu pai e minha mãe para roubar o voto deles, como eu não gostaria que ninguém tentasse enganar você para roubar seu voto. Na hora de votar preste atenção e vota em alguém que foi trabalhador, que foi pobre e que pode te ajudar a mudar esse país. Sem *medo* de ser feliz vota Lula.

5. Lula 1989

Olha o Collor sabe e se não sabe estou dando esse recado para ele. É de que o novo na política brasileira não é o discurso mentiroso, porque isso eles fazem a quase 500 anos, o novo na política brasileira é o que causa *medo* pra ele, é a possibilidade do povo pobre desse país através de um torneiro mecânico chegar à Presidência da República pelo voto livre e direto.

6. Lula 1989

Nós temos que ser os mais honestos e verdadeiros possíveis. Somente nós seremos capazes de construir uma nova pátria, uma pátria livre, uma pátria soberana, uma pátria respeitada no mundo inteiro. Somente nós é que seremos capazes com o nosso voto, de conquistarmos a libertação do nosso povo. Dia 17 não tenha *medo* de ser feliz.

7. Lula 1989

A classe dominante tem *medo* de mim.

8. “A classe média tem *medo* de mim”. (Pronunciado por Lula em 1989).

9. Collor 1989

No Nordeste Collor está disparado na frente à última pesquisa do IBOPE mostra que 48% dos nordestinos já escolheram Collor. Os candidatos que estão em 2 e 3 lugar no nordeste empataram com apenas 7% dos votos. É por isso que os outros candidatos estão com *medo*. Em vez de discutir propostas atacam Fernando Collor. São todos iguais, Fernando Collor só fala a verdade e isso até os outros reconhecem.

10. Collor 1989

Hoje em dia para se concertar é difícil, mas por um homem desse que nem o Fernando Henrique Collor de Mello no poder. Homem de gabarito, homem que não teve *medo* de enfrentar a dificuldade e a ameaça. Ele foi e fez o que tinha que fazer.

11. Collor 1989

Afif está com *medo*. Vai fugir Afif?

Collor quer debater com você no seu estado, no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo.

12. Collor 1989

Collor não tem *medo*, a sociedade brasileira não tem *medo*, principalmente não tem *medo* de ser presidente e enfrentar junto com o povo a imensa tarefa de reconstruir o Brasil. A sociedade brasileira não tem *medo* de saber o que quer. O que a sociedade brasileira não quer é ter em seus lares a imagem de um homem que se propõe a governar o Brasil em um espetáculo de lastimável desrespeito ao eleitor e à democracia.

13. Collor 1989

Deus me privou do sentimento de *medo*. O ex-presidente JK quando foi pressionado pelos militares para abandonar a sua candidatura, fez um discurso que começava exatamente assim. Eu posso repetir as palavras de JK.

Deus me privou do sentimento de *medo*, enfrentei e venci os marajás. Enfrentei a maiores perseguição que um governador sofreu por parte de um presidente da república (...).

14. Collor 1989

Sarney está querendo dar um golpe na democracia e desmoralizar as eleições, porque está com *medo* do Collor. Porque Collor é o único que tem a experiência de ter governado um estado pobre que nem Alagoas e mesmo sem recursos do governo federal, tem feito uma boa administração. Sarney está com *medo* de Collor. Porque Collor é o único que tem coragem para colocar os corruptos na cadeia. Seu voto é sua arma contra Sarney e contra tudo isso que aí está. Vote Collor, vote certo.

15. Collor 1989

Me responda senhor José Sarney, por que o senhor tem receio da mudança no Brasil? O senhor está com *medo* do que? O senhor está com *medo* de perder os seus privilégios, mordomias talvez. Ou está com *medo* de ter o seu governo investigado, devastado? É, o senhor tem razão de ter *medo*, porque eu vou mesmo levantar a sujeira do seu governo, e por os corruptos na cadeia.

16. Collor 1989

...mas o PT ameaça espalhar uma onda de greves políticas por todo o país no ano que vem, mas não se preocupem eles não vão dominar o Brasil, minha gente para instalar aqui a desorganização, o terror, a loucura e o fanatismo. Porque você não vai deixar, porque nós juntos não vamos deixar. Você já sabe quem é a favor dos conflitos, da violência e da irresponsabilidade, são eles. E sabe também quem está do lado do entendimento, da tranquilidade e da paz, somos nós.

No dia 17 você vai marcar o nome Collor na cédula e por fim ao *medo* e ao terrorismo, dos que se alimentam da greve do trabalhador injustiçado, você vai sim marcar um X no nome Collor e inaugurar um novo tipo de desenvolvimento, de alegria e de felicidade neste país. Confie em mim, eu não vou deixar que eles incendeiem o Brasil. Vamos para frente minha gente, para a grande vitória do dia 17.

17. Collor 1989 (Depoimento da ex-mulher do Lula, Miriam Cordeiro).

Não tenho *medo* de represália não. Não tenho e já disse isso no jornal. E não tenho *medo* não de represália, eu sofri pressão, eu fui ameaçada.

18. Lula 1994

Os que trabalham pelo Brasil os aposentados nesta terça-feira 25 entidades e aposentados procuraram Lula, eles estão preocupados *temem* a desvinculação de seus ganhos no salário mínimo, o fim da aposentadoria por tempo de serviço e a privatização da previdência. Os aposentados sabem que Lula nunca vai abandoná-los.

19. Depoimento do médico Luciano Beltrão

O que a população quer é uma moeda forte. A gente poder fazer uma previsão, uma dívida e poder ter tranqüilidade. Essa entrevista me deixa com bastante *medo* que o plano real venha cair em desgraça.

20. Lula 1994

Depois de ver na TV essas declarações do ex-ministro Rubens Ricupero ontem. O nosso povo amanheceu preocupado, nas ruas as pessoas diziam estar com *medo* de que aqueles que estão administrando o plano real não estejam sendo sinceras *temem* que a inflação volte a subir depois da eleição.

21. Lula 1994

Dois anos atrás num 7 de setembro exatamente como esse o povo brasileiro foi as ruas de luto forçado a vestir o *medo* para recuperar o verde e amarelo, para derrubar a farsa e a corrupção de Collor. Nesse 7 de setembro dia da pátria e da dignidade o povo protesta de novo contra a farsa, porque de novo estão usando a corrupção e o engano para tentar eleger o candidato Fernando Henrique.

22. Lula 1994

Todas as vezes que uma nação deseja melhorar o seu destino precisa encontrar o líder que espanta o *medo*, rompe com o passado e caminha junto com o povo, lutando e construindo.

23. Lula 1994

Lula presidente sem mentira, sem *medo* de ser feliz.

24. FHC 1994

A senhora sabe melhor do que ninguém o que é ter *medo* de sair de casa a noite porque as ruas não têm luz, nem policiamento. Sabe o perigo que é deixar os filhos brincar na rua com o esgoto a céu aberto, sabe o que é ver seu marido acordar de madrugada e sair cedo e ter que tomar até quatro ônibus para chegar ao trabalho. O Presidente da República, sozinho não vai resolver todos os problemas, mas se o presidente se entrosar bem com os governadores e prefeitos podem fazer muita coisa. Pode aplicar melhor o dinheiro que o governo federal tem para ajudar os estados e os municípios.

25. FHC 1998

O povo não quer ouvir mentiras e nem ataques pessoais, o povo quer ouvir propostas. No dia 3 de outubro eu convoco todo o povo brasileiro a defender a continuidade do plano real. A votar em ideias e não em ofensas, na união e não no radicalismo, a votar sem *medo* e sem raiva, a votar em favor do Brasil.

26. Lula 1998

É muito ruim perder uma copa do mundo, a gente chora, lamenta, fica com a nossa auto estima ferida, mais uma semana depois a luta continua. Você percebe que agora estamos vivendo uma crise na economia e os homens da área econômica mais o presidente estão agindo como se fossem os técnicos da seleção. Estão com *medo*, estão com *medo* do quê? Dos agiotas internacionais e dos banqueiros internacionais?

27. Lula 1998

Nesse momento de crise você não deve ter *medo*, nem ficar desesperado, você precisa respeitar efetivamente a sua vontade de lutar, levantar a cabeça e vir comigo nessa luta.

28. FHC 1998

Eu acho que quando a gente tem experiência e é mais maduro e tem humildade para ver o que errou, tem que dizer “errei”. Olha as reformas nós não andamos e suficiente com elas, poderíamos ter explicado melhor ao país, nós não explicamos, muita gente ficou com *medo* das reformas, sobre tudo da previdência, nós não explicamos direito. Eu me arrependo de não ter falado mais ao povo.

29. FHC 1998

...mas ao longo desse caminho surgiram sempre aqui, ali vozes que nos aconselham ao retorno, a nos propor atalhos que nos pareçam mais fáceis. Mas não foi esse o caminho das grandes nações, que não foram feitas em dias, mas sim em décadas, que não foram feitas com facilidade, mas sim com lutas, que não foram feitas com vacilação, mas com firmeza, que não foram feitas com *medo*, mas sim com confiança.

30. Lula 2002

“Lula-lá, sem medo de ser feliz”; *“Lula-lá, cresce a esperança”.*

Desde 1989, Lula responde a seus adversários para tentar convencer o eleitor de que ele não representava um candidato a ser temido com o enunciado; *“Lula-lá, sem medo de ser feliz”;* *“Lula-lá, cresce a esperança”.*

31. Lula 2002

O candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), diz logo após ser eleito presidente, nas eleições de 2002, *“A esperança venceu o medo”, e que o Brasil está mudando como país e, mais importante, a esperança venceu o medo e hoje eu posso dizer para vocês que o Brasil mudou sem medo de ser feliz.* Fazendo referência ao jingle da campanha de 1989.

32. Lula 2002 (Depoimento do vice-presidente da Associação Brasileira de Indústria Exportações de carne, Antônio Russo Neto).

No princípio Lula, eu nunca votei no Lula, mas agora eu achei que não dá *medo* não. Eu estou confiante que será uma nova descoberta para o país. O país vai se surpreender, a agropecuária vai se surpreender.

33. Lula 2002

Depois de tantos anos a alegria derrota o *medo* e o Lula-lá soava como um grito de esperança de um novo Brasil.

34. Lula 2002 (Depoimento da atriz Paloma Duarte).

Eu estava ontem à noite na minha casa com o meu marido Marcus e a gente estava assistindo o programa eleitoral do José Serra, há muito tempo que não me sentia tão revoltada, eu me senti desrespeitada, eu me senti violentada como cidadã brasileira, como eleitora. Veja bem, eu não estou aqui pra falar mal de ninguém, eu vim aqui registrar o meu protesto, eu procurei o pessoal do Lula e pedi pra vir aqui fazer esse depoimento pra dizer o quanto eu estou chocada com o uso do terrorismo, com o uso do *medo*. Numa campanha para presidente da república do meu país. Será que já não basta o *medo* que o Brasil vive no seu dia a dia, o *medo* de você sair na rua e ser assaltado, o *medo* de milhões de brasileiros desempregados que não sabem como sustentar suas famílias, o *medo* de você morrer doente na fila de um hospital público. A eleição vai passar, o Brasil continua e eu quero dizer que um candidato que precisa aterrorizar a população brasileira ao invés de se calcar nas suas próprias virtudes pra tentar se eleger, não merece o meu respeito, não merece a minha confiança e no meu entender não merecia jamais ser presidente da república.

35. Lula 2002

É inaceitável, portanto, a tática usada pelo candidato do governo que tenta nessa última semana antes das eleições e de forma absolutamente irresponsável *amedrontar* o povo brasileiro falando inclusive dos riscos da crise para a nossa economia como se a culpa por essa crise não fosse deles, afirmando ainda insistentemente que ele e só ele sabe como resolver esse grave problema. O meu governo será um governo de paz, sem mágoa e sem rancores. E terá como marca registrada o entendimento e a negociação.

36. José Serra 2002

Agora eu quero dizer a vocês como eu vou ter mão forte na segurança, para que o brasileiro possa ir e voltar do trabalho com tranquilidade e a insegurança pare de gerar não só *medo* e dúvida, mas também que não espante os empregos, sobretudo nas grandes cidades brasileiras.

37. José Serra 2002

A pessoa tem *medo* de investir em uma cidade violenta ou num bairro violento. E assim, aquele lugar acaba perdendo muitas oportunidades de emprego e as pessoas de terem uma renda.

38. José Serra 2002

O Brasil precisa de mudança, mas tem que mudar com emprego e segurança, mudança se faz com determinação e coragem, sem radicalismo, e sem *medo*. A mudança se faz com democracia unindo e não dividindo os brasileiros por partidos, classes, religiões ou regiões. A mudança é um dia de trabalho e uma noite de sono com segurança. A mudança é um caminho claro, a mudança é azul.

39. Serra 2002(Depoimento da atriz Regina Duarte).

To com *medo*. Faz tempo que eu não tinha esse sentimento, porque eu sinto que o Brasil nessa eleição corre o risco de perder toda a estabilidade que já foi conquistada, eu sei que muita coisa ainda precisa ser feita, mas também tem muita coisa que ainda precisa ser feita, mas também tem muita coisa boa que já foi realizada. Não dá para ir tudo pra lata de lixo, nós temos dois candidatos à presidência: um eu conheço é o Serra é o homem do genérico, do combate a Aids, o outro eu achava que conhecia, mas hoje eu não reconheço mais, tudo o que ele dizia mudou muito, isso dá *medo* na gente, outra coisa que dá *medo* é a volta da inflação desenfreada, lembra 80% ao mês. O futuro presidente vai ter que enfrentar a pressão da política nacional e internacional e vem muita pressão por ai. É por isso que eu vou votar no Serra, porque ele me dá segurança, porque dele eu sei o que esperar, por isso eu voto 45, voto Serra e voto sem *medo*.

40. Serra 2002(Depoimento da vice-presidente Rita Camata).

Outro dia a atriz Regina Duarte disse que estava com *medo* dessas eleições, disse ainda que votava no Serra e não no Lula, porque o Serra ela conhece e o Lula está muito diferente é outra pessoa, pois foi só ela dar sua opinião como qualquer um de nós pode fazer, para ela ser acusada pela PT e pela CUT de estar fazendo terrorismo. Isso é que assusta, a gente não poder falar o que pensa. O que dá *medo* a muita gente e não só a Regina Duarte é que voltem coisas antigas como à censura, patrulhamento, instabilidade, inflação desenfreada, porque o Brasil meus amigos quer mudar sim, mas mudar para melhor, nós não podemos voltar no passado onde os artistas, os intelectuais, os políticos eram censurados pelo o que pensavam e pelo o que falavam. O Brasil tem que avançar e não apenas voltar para trás.

41. Serra 2002(Depoimento da atriz Beatriz Segall).

Eu tenho *medo*, como a Regina Duarte eu também estou com *medo*, medo de não poder dizer que estou com *medo*, de ser ameaçada de processo pelo simples fato de discordar e de não

poder falar o que eu bem entender. Tenho *medo* de alguém que recorre às ofensas pessoais e profissionais, porque essas são o último reduto da falta de argumento, mas não tenho *medo* das atrizes jovens, ao contrário procuro incentivá-las em suas carreiras e por fim quero continuar vivendo numa democracia sem pressões, podendo falar o que eu bem entender e não ter *medo* disso.

42. Serra 2002(Depoimento da vice-presidente Rita Camata).

O Lula está fugindo de todos os debates contra o Serra, ele só aceitou o da Globo porque pela regra o Serra não vai poder fazer perguntas pra ele. O Lula está com *medo* de que? Se ele quer ser presidente não pode ter *medo* de nada.

43. Serra 2002

Brasil, este é um país que sempre gostou de viradas, do jogo que é decidido como por milagre, aos 45 do segundo tempo, do ponta que não desanima e quando alguns torcedores descrentes já saem do estádio dribla o zagueiro do outro time que já se acha vitorioso e de vira o jogo. De hoje a domingo o Brasil tem o desafio de virar o jogo ou virar o país sem rumo, mas para dar essa virada é preciso que cada pessoa que vota no Serra consiga mais um voto, com o seu voto e mais um o Brasil vai mudar sim, vai mudar de verdade e o Brasil que sempre gostou de virada agora vai ver o *medo* virar confiança, um dólar nervoso virar o real forte, mais uma vez e esta onda verde e amarela encher novamente de esperança e certeza os corações deste país aos 45 do segundo tempo.

44. Lula 2006

O slogan “*Não troque o certo pelo duvidoso, quero Lula de novo*”, dito pela esquerda na campanha de 2006.

45. Lula 27 de outubro de 2006

Minhas amigas e meus amigos, hoje é o último dia do horário eleitoral, olhando essa campanha de trás pra diante fica bem claro que o segundo turno foi a melhor coisa que podia ter ocorrido, com ele o debate foi mais amplo e a reflexão mais profunda. O mais importante de tudo é que o país não se partiu em dois, como muita gente *temia*.

46. Lula 23 de setembro de 2006

É assim que se combate o crime organizado e a corrupção.

Sem varrer o lixo pra debaixo do tapete e permitindo que a sociedade veja tudo com seus próprios olhos.

Sem *medo* de punir, seja quem for, doa a quem doer.

Um comportamento muito diferente de certos políticos que hoje se dizem defensores da ordem e da moral, e que, ontem, faziam o contrário.

O Brasil sabe muito bem quem deixou São Paulo refém do crime organizado.

E os paulistas sabem quem mandou engavetar mais de 60 CPIS para que seu governo não fosse investigado.

O povo conhece e respeita Lula. E sabe por que seu trabalho não deve parar.

A hipocrisia e o desprezo ao povo não voltarão, jamais, a esse país.

47. Geraldo 29 de agosto 2006.

“Geraldo tem a confiança do povo”

48. Geraldo 20 de outubro de 2006.

“O jovem não pode ter *medo* do futuro”

Jingles:

1-Lula lá, apaixonadamente parcial! Brilha uma estrela. Lula

Passo o tempo e tanta gente a trabalhar,

de repente essa clareza pra notar,

quem sempre foi sincero e confiar,

sem medo de ser feliz,

quero ver chegar.

Lula lá...

brilha uma estrela,

Lula lá...

cresce a esperança,

Lula lá...

o Brasil criança,

na alegria de se abraçar.

Lula lá...

com sinceridade,

Lula lá...

com toda certeza,

Pra você,

meu primeiro voto,

pra fazer,

brilhar nossa estrela.

Lula lá...

é a gente junto,
 Lula lá...
 valeu a espera,
 Lula lá...
 meu primeiro voto,
 pra fazer,
 brilhar nossa estrela!!!!!!

2-Lula – 1989- Sem medo de ser feliz. Lula

Sem *medo* de ser feliz
 Lula lá brilha uma estrela
 Lula lá cresce a esperança
 Sem *medo* de ser feliz
 Lula lá com sinceridade
 Lula com toda certeza
 Sem *medo* de ser feliz
 Lula lá é a gente junto
 Lula lá brilha uma estrela
 Sem *medo* de ser feliz.
 Chico Buarque, Gilberto Gil e Djavan

Serra- A mudança é azul

A mudança é a acordar cedo
 A mudança é ter salário
 A mudança se chama emprego
 A mudança é de Norte a Sul
 A mudança é sonhar *sem medo*
 A mudança é ter trabalho
 A mudança se chama emprego.

3-12 de outubro de 2006. Lula

A voz de Deus é a voz do povo
 Olha o Lula ai de novo
 Lula é um grande presidente
 e vai continuar com a gente
não troque o certo pelo duvidoso
eu quero o Lula de novo

eu quero Lula lá
 deixa o homem trabalhar
 ta tudo andando direitinho
 deixa o homem trabalhar
 ele trata o povo com carinho

eu quero Lula lá e a gente não tem porque mudar

eu quero Lula lá

4-Dia 26 de setembro de 2006. Lula

Não troque o certo pelo duvidoso, quero Lula de novo

Não vou jogar fora tudo o que eu ganhei, perder tudo o que alcancei voltar para o sufoco
 Pra que começar tudo do zero, se eu sempre soube o que quero
 Com Lula minha vida melhorou, é apenas o começo tem mais coisa sim senhor
 Não vou deixar a velha turma me enganar, por mais que eles tentem não vão voltar
 Quanto mais eles mentem não vão ganhar, não sou bobo, não sou louco é Lula de novo com a
 força do povo.

É Lula de novo com a força do povo

5-HGPE de setembro de 2006. Lula

Não adianta tentarem me calar
 Nunca ninguém vai abafar a minha voz
 Quando o povo quer, ninguém domina
 O Mundo se ilumina nós por ele, ele por nós
 O Mundo se ilumina nós por ele, ele por nós
 O Brasil quer seguir em frente
 Com o primeiro homem do povo presidente
 Ele sabe governar com o coração
 E governar para todos, com justiça e união
 É o primeiro presidente que tem a alma do povo e tem a cara da gente
 São milhões de Lulas povoando esse Brasil conheci
 Conheci mulheres, noite e dia a lutar
 Por um país justo e independente
 Onde o presidente é povo e o povo é presidente
 Nós estamos aqui de novo
 Cantando um sonho novo pra sonhar
 Nós estamos aqui de novo

Lutando a esperança não se cansa de gritar

É Lula com a força do povo

6-Collor 1989 DVD I

Já não basta sonhar com um novo país

Se não se tem coragem pra lutar

Cortar pela raiz a imoralidade

Cuidar da justiça com a honra e o valor

Já não basta um sonho, utopias, ideais

Se não trabalharmos com muita garra e fé

Lutando e reconstruindo a nossa terra

Com a dignidade dos que tem para ter

Com honestidade dos que não tem *medo*

E com a solidariedade dos que na verdade amam nosso Brasil

Vamos botar toda a nossa fé, a nossa esperança

Vamos restituir o nosso povo

Com honra e dignidade

Vamos recolocar no poder a justiça e a honestidade

Vamos reconstruir a nossa casa, a nossa pátria

Vamos botar de pé a nossa fé

A nossa esperança

Vamos restituir o nosso povo

Com honra e dignidade

Vamos recolocar no poder a justiça e a honestidade

Vamos reconstruir a nossa pátria amada Brasil.

7-Lula 1994

Eu quero ver a minha estrela brilhando

Vou mudar tudo sem abrir a mão

Vote em você, vote em Lula Brasil

Vote de coração

Lula lá

Minha confiança

Lula lá

A nossa certeza

Sem *medo* de ser

Sem *medo* de ser

Sem *medo* de ser Brasil

8-Lula 1994

Dançar a mesma dança

Nesse grito travado no peito

Nesse *medo* que mata a esperança

Chega de tanta ilusão passageira

Queremos um Brasil melhor de verdade

Pra vida inteira

Vamos mudar com coragem e alegria

A vida deste país

Vamos mostrar que nós somos pelo povo

Sem *medo* de ser feliz

Lula Brasil muda já

Nós todos queremos o Lula já

Lula Brasil muda já

9-FHC 1994 DVD II

Esse homem tem passado

Esse homem tem história

Sempre estive ao nosso lado

Sempre ao lado do Brasil

Nunca parou de lutar

No exílio e no senado

Participou de toda grande luta popular

Foi nossa voz no tempo do *medo*

Com Teodonio lutou pela anistia

Pediú diretas já

Com Ulisses e Tancredo lutou pela liberdade nas portas do ABC

Nas horas mais difíceis soube o que fazer

Foi eleito senador

Fez o PSDB

E até hoje está lutando por mim e por você.

10-FHC 1994 DVD III

Alô rapaziada também está na mão da gente

Fazer desse Brasil um lugar decente
Que a coisa aqui está brava e o futuro mete *medo*
Eu quero educação e garantia de emprego
Eu quero chance para o pobre igual a do rico
Tem essa regra no jogo eu não acredito
Alô rapaziada juventude do Brasil
Vamos decidir nosso futuro
Qual é o rumo que vai dar certo, que vai ser bom
Ta na sua mão, na minha mão, na mão da gente
Fazer do Brasil um lugar decente.

11-FHC 1998 DVD III

Eu não quero raiva
Eu não quero *medo*
É hora de unir e construir uma nação
Por ela eu levanto minha voz e o meu canto
Quem concordar comigo
Por favor levante a mão
Ta na sua mão, na minha mão, na mão da gente
O Brasil precisa muito da força da gente
Levanta a mão
Levanta a mão
O Brasil precisa muito de você
Levanta a mão
Fernando Henrique é o Brasil que vai crescer.

12. Lula 2002

Bote essa estrela no peito
Não tenha *medo* ou pudor
Agora eu quero você
Te vendo torcendo a favor
A favor do que é direito
Cada essência que restou
A favor de um povo pobre
Mas nobre e trabalhador
É desejo dessa gente

Querer um Brasil mais descente

Ter direito a esperança

E uma vida diferente

É só você querer

É só você querer

Que amanhã assim será

Agora é Lula

13. Lula 2002

O Brasil com *medo*

O Brasil do desemprego

O Brasil sem crescer

O Brasil com fome

O Brasil sem nome

Esse é o Brasil que a gente vê

14. José Serra 2002

Hoje é segunda-feira

Dia de alegria

Nom mundo de *medo*

Quem tem um emprego

Adora esse dia

Poder olhar pra frente

Ter uma profissão

Se é Serra presidente

É trabalho, trabalho, trabalho pra gente.

15. José Serra 2002

O quero-quero cantou na minha janela

Brasil pense direito o que é melhor pra gente

Se o José Serra já fez tanto na saúde

É o mais preparado para ser o nosso presidente

Eu quero-quero José Serra

É José Serra pra mudar

Com ele não tem lero-lero

Vou ouvir o quero-quero

José Serra eu quero já

Eu quero-quero José Serra
É José Serra pra mudar
Quero mudança
Eu quero emprego, quero saúde e uma casa pra morar.
Segurança pra gente poder viver sem *medo*
Dormir tranquilo pra gente poder sonhar
O quero-quero cantou na minha janela
Brasil pense direito o que é melhor pra gente
Se o José Serra já fez tanto na saúde
É o mais preparado para ser o nosso presidente

16. José Serra 2002

Essa interrogação me dá *medo*
Quem é que vai botar na mão o meu emprego?
Onde é que está? Cadê? Quem?
Quero saber quem vai me dar emprego? Quem? Quero saber?